

ISSN: 2526-5970

Anais do I Seminário do GrAELL e GpMICC: educação, literatura e [r]existência

29/11/2017 – 30/11/2017

Teatro Universitário do Môa

Universidade Federal Do Acre

Campus Floresta – Centro de Educação e Letras



Revista Communitas, V. 1, N. 2 – Supl. I (2017): Anais do 1º Seminário GrAELL e GpMICC: educação, literatura e [r]existência, 29 e 30 de novembro de 2017. Disponível em: <http://revistas.ufac.br/revista/index.php/COMMUNITAS/issue/view/79>

O I Seminário GrAELL e GpMICC: *educação, literatura e [r]existência*, é uma promoção do Grupo Acreano de Estudos Linguísticos e Literários (GrAELL) e do Grupo de Pesquisas em Memórias, Identidades, Currículos e Culturas (GpMICC), ambos ligados ao Centro de Educação e Letras do Campus Floresta da Universidade Federal do Acre.

Pensamos que ante as relações de poder que, inegavelmente, se estabelecem socialmente está a constante necessidade de resistência. Resistir contra imposições culturais, ideológicas, comportamentais, históricas, identitárias, de gênero, entre outras, são caminhos que percorremos enquanto possibilidades de constituirmos relações outras que nos apresentem oportunidades de nos dizermos além dos discursos estabelecidos/impostos. Pensar sobre si, sobre o outro e sobre o mundo a partir de uma perspectiva que irrompa tais relações de poder, gerando formas de resistência, é colocar na ordem do dia novas possibilidades constantemente sujeitadas, inviabilizadas e negadas por quem determina o *status quo* vigente.

Nesse sentido, é o que GrAELL e GpMICC, buscarão, durante os dias do evento, promover discussões e debates que perpassem o campo dos estudos relacionados às relações de poder e formas de resistência nas áreas da Educação, da Linguística e da Literatura.

Sumário

REINVENÇÕES DAS NORMAS: MANEIRAS DE RESISTIR E PRATICAR CURRÍCULOS.....	6
A INCLUSÃO SOCIAL DE CADEIRANTES NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE CRUZEIRO DO SUL, ACRE.	10
CURRÍCULO: A NECESSIDADE DE ADAPTAÇÕES MEDIANTE AS MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS	12
A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE UMA EXPERIENCIA NO CURSO DE LETRAS ESPANHOL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE-UFAC.	17
A (R)EXISTÊNCIA DOS PROFESSORES FRENTE AOS DESAFIOS COTIDIANOS DO MAGISTÉRIO	19
CURRÍCULOS: PROCESSOS DE PRÁTICAS POLÍTICAS EDUCATIVAS NOS/COM OS COTIDIANOS. ..	21
A EMANCIPAÇÃO CÍVICA E OS DIREITOS HUMANOS: O CAMINHO PARA O EMPODERAMENTO SOCIAL	23
A EDUCAÇÃO DO CIDADÃO E A CONSEQUENTE BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO CÍVICA DA POPULAÇÃO POR MEIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	28
A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO EMPODERAMENTO: MANIFESTAÇÃO DA CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE EMANCIPAÇÃO CÍVICA.....	32
A PREVENÇÃO AO FEMINICÍDIO: A EDUCAÇÃO EMBASADORA DOS DIREITOS HUMANOS DE MULHERES.....	37
PERFIL SOCIOECONÔMICO E AS PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS DE ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ANSELMO MAIA DE CARVALHO NA CIDADE DE CRUZEIRO DO SUL-ACRE.....	42
A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: O QUE ESTÁ EM JOGO NA TRÍADE REFORMAR, INOVAR E TRANSFORMAR.	48
UM LÉXICO AFRO-BRASILEIRO EM RIO BRANCO: A LINGUAGEM DOS TERREIROS.....	53
A (RE)SIGNIFICAÇÃO DO ETNÔNIMO JAMINAWA COMO MARCA DE (RE)EXISTÊNCIA IDENTITÁRIA.....	58
MAFALDA E A INTERTEXTUALIDADE DO DISCURSO IDEOLÓGICO NO CONTEXTO PROFISSIONAL	64
ORGANIZAÇÃO TÓPICA: UMA NOVA ABORDAGEM DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA?	66
LETRAMENTO ACADEMICO: PRÁTICAS LETRADAS ACADEMICAS EM CONTEXTO DIGITAL.....	68
OS INDÍGENAS EM “INÉ DA MINHA ALMA” E “ROBINSON CRUSOE” DE DANIEL DEFOE.....	70
A CULTURA JURÍDICA DO FORMALISMO LINGUÍSTICO NO DIREITO E SEUS REFLEXOS NA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS: UMA QUESTÃO DE ENSINO?.....	71
A CERCA E O ORIFÍCIO: UMA LEITURA DE YOUNG ADULTS NOVELS.....	77
IDEAIS DE RESISTÊNCIA EM O QUE É ISSO, COMPANHEIRO?, DE FERNANDO GABEIRA.....	79
SILÊNCIO POLÍTICO E POLÍTICAS DE SILENCIAMENTO EM OPERAÇÃO SILÊNCIO, DE MÁRCIO SOUZA.....	81

**Anais do 1º Seminário do GrAELL e GpMICC:
educação, literatura e [r]existência – ISSN: 2526-5970**

REFLEXÕES ACERCA DA CENSURA NA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL	84
MEMÓRIAS DA DITADURA EM: K. RELATO DE UMA BUSCA	86
METÁFORAS DO TEMPO E DA MEMÓRIA NO ROMANCE PONCIÁ VICÊNCIO, DE CONCEIÇÃO EVARISTO.....	87
A (DES)CONSTRUÇÃO DO FEMININO EM CRÔNICAS DE CLARICE LISPECTOR.....	89
O ESTILO HATOUNIANO NA NARRATIVA “ÓRFÃOS DO ELDORADO”	91
A DESMITIFICAÇÃO DA PERSPECTIVA ÚNICA DE UM TEXTO.....	93
TRADUZINDO EDWARD GOREY – DESAFIOS DA TRADUÇÃO DE POESIA.....	94
DIFERENÇAS IDENTITÁRIAS E CULTURAIS EM "O MULO" DE DARCY RIBEIRO E "SÃO BERNARDO" DE GRACILIANO RAMOS.....	96
DIFERENÇAS IDENTITÁRIAS E CULTURAIS EM "TERRA CAÍDA" DE JOSÉ POTYGUARA E "SAGARANA" DE GUIMARÃES ROSA	98
O GÊNERO NONSENSE E A OBRA DE EDWARD GOREY	100
AS VOZES INDÍGENAS SILENCIADAS NO APITO DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ .	102

GT 1 – EDUCAÇÃO, CULTURA E RESISTÊNCIA

REINVENÇÕES DAS NORMAS: MANEIRAS DE RESISTIR E PRATICAR CURRÍCULOS

Rafael Marques Gonçalves¹

Ainda sobre o conflito cultural presente na reação do saltador francês às vaias (que recebeu no Estádio Olímpico), com a luxuosa contribuição de Miguel Arroyo, escrevi há tempos e reproduzo aqui.

“É exatamente nessa vinculação entre educação e cidadania que, segundo Arroyo, estão fundamentados os discursos de exclusão da cidadania e “a legitimação da repressão e desarticulação das forças populares por teimarem em agir politicamente fora das cercas definidas pelas “elites civilizadas” como o espaço da liberdade e da participação racional e ordeira”.

*Deveríamos torcer ordenadamente e seguindo os modelos de conduta definidos como “educados” e “corretos” pela chamada civilização (sic) europeia!!!
Infelizmente para os defensores dos padrões dominantes, há mais coisa na cultura brasileira do que supõe a vã filosofia da dominação cultural!!!*

Essa epígrafe, postagem feita no facebook misturando o “momento olímpico” com a reflexão acadêmica, assume neste texto a função de mostrar de que modo torcedores, como praticantes da vida cotidiana (CERTEAU, 1994) que são, se assemelham aos professores na produção de modos de estar no mundo e de compreendê-lo que transcendem aquilo que as normas, as teorias e as perspectivas hegemônicas consideram válido e ao fazê-lo, subvertem o instituído tecendo instituintes, muitas vezes de caráter emancipatório.

Essas bricolagens praticadas (GONÇALVES, 2016) nos cotidianos das escolas são percebidas por pesquisadores como nós, do campo de pesquisa nos/dos/com os cotidianos (ALVES, OLIVEIRA, 2008) como processos de criação curricular (OLIVEIRA, 2012) pelos *praticantes pensantes* das escolas, que ao usarem de modo próprio regras e produtos que lhes

¹ Doutorando em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - ProPEd. Professor da Universidade Federal do Acre – Campus Cruzeiro do Sul. Membro da Associação Brasileira de Currículo (ABdC) e do GT Currículo da ANPEd. Bolsista CAPES. E-mail: rafamg02@gmail.com

são dados para consumo, se inscrevem como autores, como criadores de currículos nos cotidianos em que atuam.

Partindo dessa premissa, vimos desenvolvendo pesquisas em que a criação curricular cotidiana, bricolagens docentes/discentes a partir de diálogos e embates com normas curriculares, circunstâncias locais, suas possibilidades e limites, saberes plurais e culturas locais tecem redes de *fazeressaberes* que consideramos necessário compreender. É nesse processo de compreensão daquilo que existe de criação e reinvenção na produção das bricolagens cotidianas que tecem cada cotidiano em sua riqueza própria e em sua especificidade que identificamos processos subversivos, criativos, emancipatórios de criação curricular. Entendemos que essa identificação nos permite desinvisibilizar (SANTOS, 2004) existências tornadas invisíveis pelos processos formais de compreensão dos cotidianos das escolas e que nelas só percebe o que falta ou o que segue às normas formais, frequentemente em conflito com os *saberesfazeres* locais e seus possíveis.

Assim, nossas pesquisas se desenvolvem por meio de observação/participação nos cotidianos, conversas com seus *praticantespensantes* em que aquilo que nos oferecem por meio de suas ações/narrativas nossos parceiros de pesquisa – jamais objetificados, sempre sujeitos com os quais dialogamos em processos de aprendizagem mútua – sobre seus cotidianos, conflitos, prazeres, *fazeressaberes* e interrogações.

Nessas conversas do grupo, maneira como a qual desenvolvo a pesquisa, as professoras relataram que acham válidas as propostas didáticas encontradas em livros didáticos e paradidáticos, sobretudo quando trazem dicas de jogos, atividades, material rico em cores e etc., mas assumem que também “não dá para seguir à risca” nada do que está apontado nos materiais, pois os alunos não nem sempre conseguem seguir o conteúdo proposto. Por isso surge, com frequência, a necessidade de buscar mais e mais propostas.

Percebemos que as professoras não se portam de maneira passiva quando submetidas à imposição de propostas externas, elas bem sabem o quanto sua realidade não está estampada no material que chega à escola que não contempla a riqueza da diversidade de saberes e as redes de conhecimentos tecidas e presentes no cotidiano escolar.

A contribuição de Certeau (1994), quando defende que o “homem ordinário²” remodela suas ações e artes de fazer, através das suas astúcias, traz uma perspectiva que pode ser compreendida como outra forma de interpretação das práticas culturais contemporâneas e

² A tradução do francês, “*homme ordinaire*” seria mais apropriadamente feita para homem comum, considerando que é a ele que Certeau se refere, nada tendo a ver com o uso do termo ordinário em português coloquial.

de inscrever na compreensão dos modos como se desenvolvem, a criação cotidiana dos praticantes. Certeau desenvolve, nessa compreensão, a noção de uso em oposição à ideia de consumo. Pelos modos próprios de usar o que lhes é dado para consumo, as professoras ressignificam suas ações, ou seja, repensam, criam astúcias para lidar com textos e propostas curriculares pensadas longe de suas realidades e possibilidades de trabalho com sua comunidade escolar.

Assim, percebendo o cotidiano escolar como área de produção de ações, como *espaçotempo* de permanente negociação, reinvenção, das artes de fazer, entendemos que isso significa que os sujeitos praticantes do cotidiano usam as propostas didáticas externas compreendendo a necessidade de praticar suas astúcias e valorizar outras redes de conhecimentos, o que representa uma percepção contra-hegemônica em relação ao modelo de escola e de ação pedagógica, que os percebe como meros consumidores/repetidores daquilo que é produzido externamente.

Essa negociação de sentidos e a (re)invenção dos currículos, criando os currículos *praticadospendados*, são parte integrante dos cotidianos das escolas, em virtude dos usos que os praticantes dos cotidianos fazem dos produtos e das regras oferecidas para seu consumo (CERTEAU, 1994). Segundo o autor, os mecanismos de resistência sempre foram exercício de longo tempo e vão sendo definidos de acordo com cada contexto e da inserção dos praticantes nele. Ou seja, os usos sempre serão realizados de formas distintas, e levariam em consideração as diferentes culturas dos cotidianos escolares.

As *maneiras de fazer* dos praticantes vão aliar-se a outras regras diferentes daquelas da produção e do consumo oficiais, possibilitando novas *maneiras de utilizar* a ordem regulatória, como na bricolagem do material do projeto de trânsito. Para além do consumo puro e simples, os praticantes desenvolvem ações, fabricam formas alternativas de uso, tornando-se produtores/autores, disseminam alternativas, manipulando, ao seu modo, os produtos e as regras, mesmo que de modo invisível e marginal.

Neste sentido, tanto nas táticas desenvolvidas por professoras e professores, alunos e alunas, quanto nos usos que esses e essas fazem do que é aprendido na vida e nas escolas, sentimos os *saberesfazer*s cotidianos enredados aos outros diferentes *saberesfazer*s, incluídos ou não nas propostas oficiais.

Pensando nestas astúcias das professoras, acreditamos que cada sujeito que compõe e tece o cotidiano escolar é único e apresenta capacidades e habilidades distintas, mas juntos e agindo em conjunto, ou seja, de forma solidária, tecem outros significados para suas práticas. Para Ferraço (2008), a função social e política da escola e do currículo seria a de ampliar o

horizonte das possibilidades de conhecimento. Para nós isso implica em ampliar também os currículos *praticadospensados* existentes, tornados invisíveis, e nossa compreensão deles e de seus processos de criação, que se configuram como *fazeressaberes* docentes nos cotidianos, negligenciados pela maior parte dos estudos e discursos sobre a escola, que insistem em considera-la *espaçotempo* de não-saber.

REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. (orgs.). **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas: sobre redes e saberes**. Petrópolis: DpetAlli, 2008, p. 39-48.

ARROYO, Miguel. **Currículo, territórios em disputa**. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, V.1, n. 2, p. 99-116, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Ensaio de uma metodologia efêmera ou sobre as várias maneiras de se sentir e inventar o cotidiano escolar. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de; ALVES, Nilda. **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas: sobre redes de saberes**. 3. Ed. Petrópolis: DP et Alii, 2008, p. 101-117.

GONÇALVES, Rafael Marques. **Currículos pensadospraticados no cotidiano escolar: negociações e tessituras**. 77 f. Qualificação (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Boaventura e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Cortez, 2004.

A INCLUSÃO SOCIAL DE CADEIRANTES NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DE CRUZEIRO DO SUL, ACRE.

Clemilda Pinto de Oliveira³

Francisco Heider Lima do Nascimento⁴

Este artigo apresenta parte dos resultados obtidos na pesquisa intitulada “A Inclusão Social de Cadeirantes nas Escolas de Ensino Fundamental de Cruzeiro do Sul, Acre”, que teve por objetivo conhecer a estrutura física das escolas Cristão Cruzeiro e São José, no que tange à acessibilidade de alunos portadores de necessidades especiais (cadeirantes).

A discussão está voltada para a formação social, política e familiar desses indivíduos, sintetizando estratégias elaboradas pelos professores no que se refere à inclusão desses alunos com os demais, considerando que, no Brasil, essa política vem sendo discutida desde os anos de 1990, com vistas a um modelo democrático de educação e pela formulação de leis para fomentar e exigir que todas essas ideias fossem colocadas em prática, com isso ocorre uma série de mudanças nos sistemas educacionais vigentes, pois busca eliminar um modelo que tinha uma lógica excludente, ignorando as diferenças sem nenhuma medida para exterminar esse método antigo.

A metodologia tem desenho qualitativo e, dentro dessa perspectiva, o método de coleta de dados foram entrevistas estruturadas de caráter semiaberto, elaborando um estudo de caso referente as escolas. Como aporte teórico, utilizamos autores como Serra (2006) e Pires (2007), além de usar na fundamentação deste trabalho as leis de Salamanca (1994) e a Constituição Federal Brasileira (1988).

Considerando o processo da pesquisa, os resultados apontam para a falta de estrutura física das escolas para o atendimento dos alunos com necessidades especiais, como por exemplo, a não existência de uma rampa de acesso, e a insuficiência de estrutura para cadeirantes. Diante disso, portanto, ao se tratar de alunos cadeirantes, o ideal seria elaborar um planejamento com acessibilidade, para que assim torne-se viável

³ Universidade Federal do Acre-UFAC, keilapinto455@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Acre-UFAC, heiderlima2009@hotmail.com

o acesso ao processo de formação social, político e cultural que possa incluir todo o público de uma escola.

Palavras – chave: Educação para portadores de necessidades especiais. Cadeirantes. Inclusão social.

CURRÍCULO: A NECESSIDADE DE ADAPTAÇÕES MEDIANTE AS MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS

Chirlei Amanda Santos de Almeida¹,

Clara dos Santos Saraiva²,

Elissamia Freitas de Lucena³,

Sylmarah Silva Lopes⁴

O estudo que desenvolvemos, surgiu como fruto da proposta de trabalho da disciplina Teoria do Currículo, ministrada pelo Prof Me. Rafael Marques Gonçalves no curso de Licenciatura Letras Espanhol da Universidade Federal do Acre no Campus Floresta, na qual pudemos fazer uma reflexão analítica das mídias *La maquina de la escuela* de Tonucci e *Another Brink in the wall* de Pink Floyd e a correlação de ambos com os modelos de currículo escolares. Para este fim utilizamos os seguintes teóricos, Moreira e Candau (2007) e Silva (2007), que nos permitiram embasar nossas concepções de acordo com a análise de ambos os textos, possibilitando assim, os resultados aqui apresentados.

Toda instituição que tenha uma boa administração necessita de uma organização que tenha como compromisso estruturar de forma organizada todos os objetivos e metas a serem alcançados. Sendo assim no sistema escolar não é diferente, como parte essencial da mesma, temos o currículo, é através dele que se tem uma direção a ser seguida, quais os objetivos devem ser alcançados e quais os meios que levarão a instituição e seus constituintes a alcançá-los. Por ser uma instituição que possui várias dimensões e para que possa atender todas suas necessidades, o currículo também possui várias dimensões que estão presentes na escola implícitos e explicitamente, são eles: Currículo Formal, Currículo Real e Currículo Oculto.

Para Silva (2007, p.15) o Currículo “é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo.” Esse tipo de currículo em que há uma seleção mais sistematizada de conteúdo é o chamado Currículo formal, que é elaborado pela direção da instituição ou por um órgão que exerça controle sobre ela. O currículo Real é

Primeiramente é realizada uma seleção do que podia ser permitido, onde tudo o que o aluno trazia da vida fora da escola não era aceito, como, os aspectos culturais, étnicos, religiosos. Esse modelo de currículo fazia uma segregação entre tudo de vivência que o aluno trazia e com o que a escola considerava que era necessário a ser transmitido.



No clipe *Another Brick In The Wall* da banda, Pink Floyd, há um posicionamento sobre uma escola extremamente tradicionalista, com um currículo tecnicista onde só o conhecimento do professor é considerado o correto a ser incluído no processo de ensino, em que não há valorização da percepção de cultura, desejo de novos conhecimentos que não estão incluso no ambiente de ensino. O interessante a ser observado no vídeo é a quebra de paradigmas que ocorre quando os alunos saem do comodismo, de aceitar tudo o que sempre foi proposto, e reivindicam sua “liberdade”, liberdade no sentido de ter o direito de ter suas opiniões ouvidas e poderem decidir os caminhos a serem trilhados, em seu processo de ensino.

Com o passar do tempo à sociedade mudou, e os mecanismos dentro do contexto escolar também. Portanto, se faz necessária uma reestruturação do modelo de currículo o que seria capaz de eliminar essas práticas excludentes e os modelos hierárquicos existentes, o que possivelmente poderia abrir espaço para novos olhares no qual é permitido reconhecer e respeitar as diversidades existentes de cada indivíduo firmando a existência da pluralidade de identidades da sociedade. Em meio a essa problemática a escola precisa procurar soluções cabíveis para a resolução dessas práticas.

Destacando a íntima relação entre currículo e cultura, seria possível uma adaptação de currículo voltada para essa perspectiva, no qual seria abordado a pluralidade e o caráter multicultural existente dentro das escolas, permitindo o reconhecimento de novos saberes a todos os indivíduos envolvidos no processo de

ensino. No entanto, diante disso surgem algumas questões: Como articular currículo e multiculturalismo? Que estratégias pedagógicas podem ser selecionadas? Mediante a primeira questão podemos repensar em um currículo voltado para a realidade e o contexto individual de cada aluno, buscando meios de inclusão das diversidades de gênero, étnicas, culturais, religiosas e sociais. Quanto as estratégias pedagógicas, podemos destacar como responsabilidade principal, o papel flexível do professor com relação a forma de ensinar determinados conteúdos, por exemplo, ao se ensinar sobre a construção de modelos familiares seria bem mais cabível relatar a existência de todas as formas de estruturação, tanto famílias constituídas por homem+mulher = filhos, mulher+mulher = filhos, homem+homem = filhos do que enfatizar somente o modelo tradicional. A partir dessa perspectiva Moreira (2007) aborda a seguinte ideia de que “o papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula” (p.19) e ainda complementa que é essencial.

O autor destaca a importância do reconhecimento da diversidade, diferenças e desigualdades, estes casos devem ser inseridos no âmbito escolar de maneira não segregada, possibilitando a interação entre todos os indivíduos e permitindo a todos o reconhecimento de novos saberes através das diferenças, ampliando assim os seus horizontes.

Portanto, concluímos que é preciso uma readaptação ou até mesmo transformação do currículo, resultante de todas as mudanças existentes com o passar dos anos, pois nada é pra sempre, tudo está sujeito a mudanças, e tudo que é hoje não será amanhã, sendo assim, essa necessidade se faz presente sempre para que as relações sejam complacentes e permitam um bom convívio social.

Referências:

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura** / [Antônio Flávio Barbosa Moreira, Vera Maria Candau]; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricéia Ribeiro do Nascimento. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo**. 2ª Edição; 11ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

**Anais do 1º Seminário do GrAELL e GpMICC:
educação, literatura e [r]existência – ISSN: 2526-5970**

Another Brick In The Wall. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Hz-2BDSPvls>. Acessado em: 09/03/2017, às 14:00 hs.

http://www.google.com.br/search?q=imagem+maquina+de+la+escuela&client=ms-opera-mini-android&channel=new&gws_rd=cr&imgrc=ce9oit3b7VjjM: Acessado em: 09/03/2017, às 15:00 hs.

A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE UMA EXPERIENCIA NO CURSO DE LETRAS ESPANHOL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE-UFAC.

Roselma Silva de Almeida⁵

Maria Aldenora dos Santos Lima⁶

A presente pesquisa é resultado de uma experiência com uma aluna surda incluída no Curso de Graduação em Letras Espanhol da Universidade Federal do Acre/UFAC, Campus Floresta e da atuação da intérprete de Língua Brasileira de Sinais-Libras. Este relato surge a partir das experiências relatadas pela própria aluna durante a graduação e também de observações feitas pela profissional intérprete, tendo como o objetivo principal analisar o processo de inclusão do surdo na Universidade Federal do Acre, a fim de, buscar elementos que possam contribuir para uma formação mais qualitativa desse alunado.

Os objetivos específicos são: Levantar as principais dificuldades enfrentadas pelo aluno surdo no processo de inclusão escolar; conhecer as estratégias didático-metodológicas usadas em sala de aula pelos professores e intérpretes para atender as especificidades do alunado. Tal trabalho visa contribuir para um maior entendimento sobre a inclusão dos surdos no Ensino Superior, e para um entendimento sobre a cultura surda.

A pesquisa é de cunho qualitativo, utilizamos instrumentos de coleta de dados, como: entrevistas e observações diretas. Os sujeitos da pesquisa foram (01) uma aluna surda, (01) uma intérprete de Libras do curso de Letras Espanhol da Universidade Federal do Acre. Para fundamentar este estudo nos apoiamos nas ideias de Skliar (1997), Silva (2002), Quadros (2007), entre outros autores que pautam uma discussão sobre a

¹ Tradutora/Intérprete, da Universidade Federal do Acre-Campus Floresta. E-mail: roselماج@hotmail.com.

⁶ Professora de Libras do Centro de Educação e Letras da Universidade Federal do Acre-UFAC, Campus Floresta. E-mail: mariaas11@yahoo.com.br.

temática em foco. Os resultados indicam que existe uma insatisfação por parte dos surdos no meio educacional e social.

Palavras-Chaves: Ensino Superior, Educação de Surdos, Cultura Surda.

A (R)EXISTÊNCIA DOS PROFESSORES FRENTE AOS DESAFIOS COTIDIANOS DO MAGISTÉRIO

*Maira Aldecy Rodrigues de Lima*⁷

*Luiz Waldemir de Oliveira Junior*⁸

Objetivamos refletir sobre a trajetória formativa da profissão professor, embates e resistência em busca da identidade profissional. Vivenciamos a história da profissão ora discutindo missionarização, ora a profissionalização. Esta primeira superada na atualidade por entendermos que o professor não nasceu imbuído da missão de ensinar, vocacionado ao magistério. Os estudos de Ramalho, Nuñez, Gauthier (2003), dão conta de um novo debate – enxergando a docência com profissionalismo e profissionalidade.

Os professores, assim como médicos e engenheiros, precisam do reconhecimento da profissão enquanto profissionais e não como missionários. Não exercemos a docência por pena ou bondade à sociedade que vive a mercê da sorte (como é o caso de alunos de classes populares que têm acesso, porém, não tem vivido o direito de permanecer na escola – gerando assim os adultos analfabetos). Vivenciamos resistência e luta dos professores na busca por direitos, reconhecimento e respeito, que são constantes desde a gênese da profissão, trazendo à tona os movimentos sindicais – muitas vezes ignorados pelo poder público e por aqueles que não se firmam na causa da profissão.

A [®]existência dos professores nos parece assegurar direitos trabalhistas, garantir a formação inicial e continuada, superar visões ingênuas, construir epistemologias. Nóvoa (1999), Tardf (2002), Perrenoud (2001), Sacristán (1999) subsidiaram nossas compreensão sobre o cenário educativo quanto à formação dos professores, embates sociais e os saberes que constitui o ser docente. Foi-nos possível, também, compreender a gênese, o passado e o presente do ofício de ensinar, confrontos e desafios que

⁷ Professora da UFAC, doutora em Educação. Líder do GEPEd – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação.

⁸ Estudante do Curso de Letras Inglês da UFAC – Campus Floresta. Bolsista PIBIC/CNPq. Membro do GEPEd.

compõem a realidade cotidiana nos cursos de formação de professores – que exige a resistência para além da existência. Sobretudo, compreendemos ser necessário que os professores vivenciem a formação em nível superior – espaço de discussão sobre a história da profissão, as necessidades formativas, os saberes que se constroem socialmente, as competências necessárias para ensinar e aprender na escola, as políticas de formação de professores, a valorização do magistério, o engajamento da classe trabalhadora em movimentos organizados em busca dos direitos trabalhistas que lhes assegure a existência da profissão professor.

Palavras-chave: Formação de professores. Ensino Superior. Missionarização. Profissionalidade.

CURRÍCULOS: PROCESSOS DE PRÁTICAS POLÍTICAS EDUCATIVAS NOS/COM OS COTIDIANOS.

Allan Rodrigues⁹

O presente texto faz parte da pesquisa que venho desenvolvendo da qual emergem questões sobre currículo, políticas curriculares e o cotidiano escolar. A pesquisa tem como objetivo de compreender o cotidiano escolar e o saber docente como fonte de produção de políticas de currículo. A partir das conversas que são tecidas com as professoras da Escola- campo de pesquisa- é possível pensar e deslocar alguns entendimentos sobre currículo e perceber as práticas como elemento central na produção do currículo.

A pesquisa tem como intenção problematizar a ideia de currículo como prescrição e discutir algumas contribuições de *práticas políticas* curriculares alternativas, de modo que nos ajude a pensar o campo da política curricular e o processo de criação do campo do currículo. Nesse sentido, procuro compreender como os professores tecem suas práticas curriculares e como entendem a operação das políticas de currículos oficiais e a noção de currículo.

A pesquisa segue na perspectiva dos estudos do cotidiano (OLIVEIRA & SGARBI, 2008) e como aporte teórico as ecologias de saberes (SANTOS, 2010) e utilizar como instrumento metodológico as conversas e encontros (ALVES, 2003; GARCIA, 2013 e 2014) como pistas a fim de tecer conhecimentos mais encarnados nos processos do cotidiano da política curricular.

Consideramos, nos limites desse texto que, talvez, a importância da pesquisa e o seu desenvolvimento inicial esteja na direção de reafirmar o compromisso com a escola pública e a produção das práticas curriculares, assim, estabelecendo o cruzamento com diversos saberes que sustentam outras formas de produzir conhecimento e políticas de currículo.

⁹ Professor Assistente do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Acre. Membro da Associação Brasileira de Currículo e do GT/ANPED-Currículo.

Palavra –Chave: Currículo. Formação Docente. Cotidiano Escolar.

A EMANCIPAÇÃO CIVICA E OS DIREITOS HUMANOS: O CAMINHO PARA O EMPODERAMENTO SOCIAL

Sabrina Cassol¹⁰

Fabiana David Carles¹¹

O escopo deste trabalho busca a possibilidade de discutir o paradigma da educação alicerçada na paz e sua inter-relação com os Direitos Humanos. A importância da associação do sistema educacional com os direitos humanos relata a crise contemporânea da inobservância dos direitos que se fizeram fundamentais por meio do texto constitucional.

Como é sabido nos primórdios da sociedade esta era regida pelas leis da natureza a qual acarretava o domínio do mais forte sobre o mais fraco. No entanto, a evolução social levou a alteração desse contexto – mesmo que de forma gradual – os anseios dos grupos que compunham o todo social por dignidade, liberdade, por prestações estatais, dentre outros, deram origem ao que se concebem hoje de forma ampla como direitos humanos, e de forma mais restrita como direitos fundamentais relativos a soberania dos Estados.

Nesse viés imprescindível se faz relatar que com o passar do tempo gradualmente as necessidades sociais foram se ampliando, e tornou-se vital destacar grupos de direitos capazes de garantir a almejada dignidade da pessoa humana ora apresentada pelos direitos humanos, por conseguinte para o presente estudo destaca-se os direitos sociais, representados por diversos direitos, tais como, saúde, direitos dos trabalhadores, moradia, lazer, dentre outros, não obstante ressalta-se que apesar do amplo rol de direitos sociais constantes no texto constitucional para construir o estudo

¹⁰ Sabrina Cassol. Mestre em Direito; Especialista em Direito Processual Civil; Professora de Direito da UFAC – Universidade Federal do Acre; Advogada. E-mail: binacassol@yahoo.com.br

¹¹ Fabiana David Carles. Doutoranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP; Mestre em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM; Professora de Direito da Universidade Federal do Acre – UFAC; Advogada. E-mail: fabi.carles@gmail.com.br

apresentado optou-se por tratar apenas do direito a educação compreendido como um dos mais importantes e fundamentais à concretização dos direitos humanos.

A cidadania enquanto status basilar a efetivação da dignidade da pessoa humana passa obrigatoriamente pela educação, pois, é por meio dela que se viabiliza a participação dos membros da sociedade no seu processo de transformação. Dessa forma, a educação não deve ser concebida apenas como um sistema de ensino cujo papel se restrinja a alfabetização e formação de indivíduos capazes de obter aprovação em avaliações e processos de seleção intelectual.

De outro modo, é preciso que haja a conscientização de que a educação para além de direito fundamental caracteriza-se como meio de interação entre indivíduos plenos em suas individualidades que devem ser orientados de “como” participar da sociedade plural – ou seja, da sociedade da desigualdade”. Ante o contexto apresentado passou-se a indagar sobre qual (is) seria (m) o (s) reflexo (s) da execução de uma política pública de humanização dos conteúdos e programas educacionais?

Tendo em vista que a escola é concebida como o ambiente mais propício para o desenvolvimento cognitivo e psicossocial de crianças e adolescentes, local no qual enfrentarão conflitos pessoais e sociais – visto que, participarão do que pode denominar de “sociedade dos desiguais”, pois seus componentes são sabidamente produtos de valores morais, sociais, culturais, religioso e etc., desenvolvendo além de outras aptidões gerais como a formação intelectual, a de construção ao despertar representativo de um modelo de sociedade baseada nos valores da solidariedade, da fraternidade e da paz, aceitando o outro como sujeito de direitos e deveres, por meio de uma política educacional humanizadora, que poderia ser denominada educação para os direitos humanos, educação para a paz ou mesmo a educação para a cidadania.

A presente proposta deve ser refletida a partir da função tanto de formação de respeito aos direitos humanos, quanto de prevenção de ações que os violem diminuindo dessa forma a necessidade de repressão, seja na esfera administrativa ou judicial. Nesse viés, pretende-se evidenciar ações capazes de formar o indivíduo além da concepção intelectual, isto é, de uma formação mais moral, voltado para o despertar para os direitos humanos, a qual busca um empoderamento ou uma emancipação social

e coletiva dos indivíduos reconhece seus direitos e deveres perante a sociedade como meio de garantir a efetivação dos direitos de forma mais igualitária possível.

Assim, a educação para cidadania necessita estar vinculada a efetivação da democracia, pois somente com a participação dos sujeitos na tomada de decisões frente ao Estado se alcançará a tão almejada cidadania completa e satisfatória, pois não há a possibilidade de vincular a cidadania somente ao direito de votar e ser votado e, sim de concretizá-la com a efetivação de um mínimo possível para viver com dignidade, num contexto no qual o mercado delimita quem será excluído e quem será incluído.

Para o enfrentamento dessa realidade, uma alternativa viável é a educação para a paz, e sua inter-relação com os direitos humanos, pois somente com a sua concretização o cidadão terá alicerce para conquistar seus direitos. Para alcançar essa ideia primeiro necessita-se alcançar a conscientização dos direitos humanos por intermédio de uma educação cidadã, para um segundo momento atingir o equilíbrio social, ou seja, a consolidação da paz, no que tange a garantia de mundo mais humano e solidário.

Portanto quanto a conscientização muito se conquistou no decorrer da história, muitos atores sociais se emanciparam. Contudo, ela ainda precisa de uma maior expressividade dentro do contexto social, pois, busca-se a universalização, ou seja, a disseminação dos ideais humanistas e um maior engajamento na busca de melhorias sociais para a coletividade. Mas para que isso se concretize, faz-se investimentos em abordagens e publicizações desses direitos, de forma preventiva, políticas essas que podem ser implementadas de forma institucional como pelo Terceiro Setor. Muitos direitos foram conquistados e implementados, todavia, nem todas as classes usufruem deles, pois a maioria está delimitadamente nas mãos da classe mais elitizada, a qual também precisa ser emancipada e empoderada quanto ao bem maior a coletividade.

Portanto, necessita-se encontrar o caminho de uma educação cidadã, e essa determinadamente precisa ser democrática, pois uma depende da outra, caso contrário, haverá alienação e mecanização do ser. Mas a educação democrática surge de práticas ou ações sociais que busquem a conscientização do sujeito em face a valores universais do homem, principalmente no que tange a seus direitos e deveres perante a

coletividade o que consolida a concretização de seus direitos ou pelo menos o poder de fiscalização dos mesmos.

Conjuntamente a isso, o sentimento de pertencimento e o empoderamento da população agregam-se com conteúdo éticos e morais, erigidos universalmente, como bandeira a ser erguida e conduzida por toda a sociedade, rumo ao desenvolvimento humano e do Brasil O método utilizado foi o hipotético-dedutivo.

Palavras-chave: Cidadania; Direitos Humanos; Educação; Paz

REFERÊNCIAS

BERTI, Flávio de Azambuja. **Impostos: Extrafiscalidade & não-confisco**. Curitiba: Juruá, 2003. P. 40.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os pingos nos is**. São Paulo: Mediação, 2004.

CORRÊA, Darcísio. **A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas**. Ijuí, Unijuí, 2000, p. 217.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1999, p. 14.

GORCZEWSKI, Clóvis; COSTA, Marli. Educação: a mais eficaz política pública de inclusão social. *In*: VIAL, S.R.M; LEAL, M. C. H.; REIS, J.R.; LEAL, R. G.. **Anais do II Seminário Internacional sobre Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**. Porto Alegre: Evangraf, 2005. P. 127.

HARPER, Babette [et. Al]. **CUIDADO, escola!: desigualdade, domesticação e algumas saídas**. Tradução de Letícia Cotrim. 35. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. P. 22-23.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. P. 67-68.

JACOBI, Pedro.; PINHO, José Antônio. Inovação no campo da gestão pública local. **Novos desafios, novos patamares**. (orgs). Rio de Janeiro: FGV, 2006. P. 11.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil – Dos primórdios ao início do século XXI**. 2. Ed. São Paulo: Autores Associados, 2006

LAFER, Celso. **A reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 22.

LEAL, Rogério Gesta. **Estado, administração pública e sociedade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. P. 27.

MANNHEIM, Karl. **Liberdade, poder e planejamento democrático**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

MARTÍN, Núria Beloso. **Os novos desafios da cidadania. Tradução de Clóvis Gorczewski**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

MODIN, Battista. **O homem, quem ele é?** 9 ed. São Paulo: Paulus, 1980.

MOURA, Laércio Dias de. **Construindo a Cidadania**. São Paulo: Makron Books, 1995, p. 91.

POZZOLI, Lafayette. **Maritain e o Direito**. São Paulo: Loyola, 2001. P. 65.

SARTORI, Giovanni. **Teoria de la democracia: 2. Los problemas clásicos**. Madri: Alianza Editorial, 1997. P. 525.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Humanismo e infância: a superação do paradigma da negação do sujeito. In: MEZZAROBBA, Orides (Org.) **Humanismo latino e estado no Brasil**. Florianópolis: Fundação Boiteux [Treviso]: Fondazione Casamarca, 2003. P. 422.

A EDUCAÇÃO DO CIDADÃO E A CONSEQUENTE BUSCA PELA EMANCIPAÇÃO CÍVICA DA POPULAÇÃO POR MEIO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Mateus Vieira Muniz¹²,

Luiz Henrique Carvalho Afonso¹³.

O presente trabalho visa estudar os movimentos sociais de emancipação, aplicados no âmbito da sociedade civil almejando, dessa forma, evidenciar as melhorias necessárias na Educação brasileira contemporânea, na qual as demandas clamam a ação positiva do Estado de forma a suprir as deficiências existentes, tomando para si a responsabilidade de fiscalizar o poder público quanto às soluções necessárias. Afinal, diante da omissão do Estado na prestação de Educação com apreço qualitativo indaga-se se iniciativas civis emancipatórias garantem melhorias na efetividade desse bem alcançando a devida eficácia?

Busca-se compreender a potencialidade de projetos de cunho civil para obter resultados na solução dos problemas constantes na conjuntura educacional nacional e, para tanto, realizar uma análise dos fatores que influenciam o surgimento de ações de ordem popular destinados a suprir lacunas prejudiciais na Educação, estudando a base teórica que versa sobre a importância de movimentos independentes destinados a melhorias das instituições educacionais para a coletividade, salientando os reflexos dessas ações na sociedade.

Em face do interesse de realizar uma análise do conjunto de iniciativas privadas que visam agregar melhoras na educação, a maneira que se organizam, as ações que promovem, suas ideias e as finalidades que almejam, far-se-á o uso do critério metodológico qualitativo e, dessa forma, melhorando a compreensão do surgimento desses novos movimentos.

¹² Discente do curso de Direito da Universidade Federal do Acre, campus Floresta. E-mail: mateus_vm14@hotmail.com.

¹³ Discente do curso de Direito da Universidade Federal do Acre, campus Floresta. E-mail: luizhcarvalho@outlook.com.

Diante de toda essa problemática Foucault (1977) faz uma crítica à instituição escolar da era Moderna, em que expressa sua objeção ao sistema escolar destinado a disciplinar e moldar os alunos por meio do poder e da ordem. O autor salienta que essas instituições são criadas de forma que sua estrutura imponha comportamentos previamente pensados e com a finalidade de garantir submissão. Dentro das escolas será moldado cada indivíduo por meio de sistemas de vigilância e punição, a fim de que se estabeleça da forma mais eficaz um conjunto de indivíduos que possuem menores tendências a infringir as normas estatais. Segundo Morin (2000), ao versar sobre os sete saberes necessários à Educação, cita os “buracos negros” presentes na mesma. O último deles é o *antropo-ético*. A antropo-ética seria a ética do gênero humano, resultado da tríade indivíduo, sociedade e espécie e, que tem sua prática mais eficaz nos regimes democráticos. Porém ele diz que não há democracias absolutas, todas apresentam lacunas.

Entre os resultados dos avanços tecnológicos estão a hiperespecialização e o tecnicismo exacerbado, os quais tem afastado o conhecimento da grande maioria dos cidadãos e reservando aos poucos tecnocratas. Isso tem se propagado na política, com uma ampla fragmentação e especialização da mesma, impossibilitando o cidadão de alcançar o conhecimento necessário de determinados assuntos que lhe interessam, levando assim uma degradação do civismo e provocando um comportamento dualístico que varia entre a expressão da raiva frente ao Estado ou ao comodismo. E, para Morin “A regeneração democrática supõe a regeneração do civismo, essa supõe a regeneração da solidariedade e da responsabilidade, ou seja, o desenvolvimento da antropo-ética.” (MORIN, 2000, p. 112).

Para tanto, ele salienta ainda a importância da conscientização da civilização a respeito dos elementos/assuntos concernentes ao destino da humanidade e que em face das deficiências da democracia em garantir a pleno usufruto desses elementos destacam-se as iniciativas não-governamentais, de todas as finalidades. Freire (1999) versa a respeito do tema, trazendo uma de suas experiências na área de promoção educacional por via popular, onde ele conta sobre a iniciativa que ocorrera na Região do Nordeste, antes da instauração do Regime Militar. Essa ação visava à alfabetização de

adultos e, para tanto, utilizavam-se de debates sobre a cultura e as situações cotidianas dos discentes em questão.

Dessa forma o conhecimento se tornava cada vez mais crítico, visto que era uma construção de todos os integrantes e não apenas submisso a um modelo de transmissão acrítica. “Pensávamos numa alfabetização direta e realmente ligada à democratização da cultura, que fosse uma introdução a esta democratização. Numa alfabetização que, por isso mesmo, tivesse no homem, não esse paciente do processo [...] mas o seu sujeito” (FREIRE, Paulo, 1999, p.104). O autor acreditava que um método plural de produção do conhecimento, dependente diretamente da identidade de cada região, estado, povo etc. seria uma forma mais efetiva e eficaz de suprir as lacunas educacionais existentes no país. Além disso, tal processo ajudaria no desenvolvimento de uma sociedade mais democrática, mais participativa e crítica. Uma sociedade emancipada, livre das políticas alienadoras das classes mais poderosas e ricas.

Portanto, apesar da submissão a um regime democrático onde os indivíduos deveriam ter participação efetiva nas decisões sobre as instituições que lhes interessam, a máquina estatal tem-se apresentado de maneira fragmentada e distante do entendimento alcançável pela maioria da população, de modo que as medidas, quando tomadas, carecem de legitimidade e aceitação popular. As decisões tomadas são restringidas a alta cúpula governamental, alimentadas de estudos e terminologias demasiadamente especializadas e empregadas de maneira generalizada, sem aderência ao contexto real. Nesse cenário, os grupos independentes surgem como uma luz que consegue alcançar o que o Estado não alcança. Com um diálogo mais próximo da população, com ações menos burocráticas e com canais que recebem a voz do querer coletivo, estes programas conseguem mapear as conjecturas negativas existentes e refletir sobre ações a serem tomadas juntamente com a participação coletiva, garantindo resultados eficientes e legítimos. Então, visto que na atualidade o Estado se encontra em uma posição relativamente incapaz de suprir as lacunas existentes na Educação, vê-se na iniciativa civil um caminho promissor para ajudar a solucionar as problemáticas existentes, seja por meio do engajamento e cobrança dos representantes eleitos, seja na reflexão e aplicação das ações efetivas.

Palavras-chave: Educação. Emancipação. Ações civis.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2. Ed. São Paulo : Cortez; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

A EDUCAÇÃO ATRAVÉS DO EMPODERAMENTO: MANIFESTAÇÃO DA CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE EMAMCIPAÇÃO CIVICA

Cícero Torres¹⁴

A contabilidade tem se apresentado como ferramenta de grande utilização pela sociedade em seus diversos usuários, sendo importante a todos a compreensão das informações coletadas, uma vez que por meio desses dados faz-se possível a melhor administração das finanças pessoais e familiar, aumento da renda, e também que os indivíduos tenham seus direitos e vantagens asseguradas frente a administração pública, logo entende-se a contabilidade como uma ciência fundamental para o processo de decisões e fiscalização garantindo que os objetivos e direitos sejam atingidos por quem esteja a usá-la.

Com o intuito de proporcionar um melhor entendimento a respeito da utilização e importância no dia-a-dia dos indivíduos, apresentar-se-á nesse estudo um paralelo entre a história das civilizações, somando suas necessidades, estrutura e conquistas na área do Direito, com o desenvolvimento e evolução da contabilidade até os dias atuais, expondo uma análise de como se deu a adaptação da ciência e a forma a qual tem sido usada pelos cidadãos.

Sabe-se que é possível usar os conhecimentos contábeis tanto no dia-a-dia de pessoas jurídicas como no de pessoas físicas, no meio empresarial é utilizada para visualização da saúde econômico-financeira do estabelecimento e sua capacidade de realização dos direitos e obrigações por meio de análises complexas apresentadas aos administradores, na vida das pessoas age da mesma forma, entretanto de maneira mais simples, é por meio do conhecimento que as pessoas podem reivindicar o recebimento e pagamento de valores, elaborando planejamento financeiro para o alcance de objetivos, ou fiscalizando para que haja melhorias na execução do trabalho dos

¹⁴ **Cícero Ramiro Magalhães Torres.** Técnico em Segurança do Trabalho; Graduando do curso de Ciências Contábeis na instituição de Ensino Superior União Educacional do Norte – UNINORTE; Auxiliar Administrativo na JWC Multiserviços (SEE – Secretaria de Estado de Educação e Esporte/AC). E-mail: cicrox@gmail.com

governantes, fazendo cumprir o que foi proposto em campanha, tendo ciência da forma como estão sendo empregados os impostos pagos.

Outras formas de direcionar as informações são: no meio trabalhista, assegurando que os cálculos trabalhistas sejam realizados de forma correta e justa sem apresentar prejuízos aos envolvidos, garantindo os direitos através da realização dos deveres, e na vida pessoal tendo noção de como fatores econômicos, como inflação, desemprego, juros e consumo podem afetar a renda familiar. Logo, todo esse contexto encontra-se devidamente ligado ao fato os direitos devam ser efetivados de forma eficaz, mas que para isso ocorra faz-se necessário um despertar, ou seja, uma acordar dos próprios cidadãos quanto aos seus direitos e deveres previamente dispostos. Nesse diapasão, busca-se então um processo de amadurecimento, que pode-se chamar de emancipação do sujeito. Essa tomada de consciência deve ocorrer de forma individual e coletiva, ou seja, conhecendo o todo da relação entre o sujeito e o Estado, para que posteriormente exista a exigência da perpetuação de sua aplicação.

No atual quadro em que se encontra a Administração Pública no Brasil, nota-se a população com um papel de fundamental importância na fiscalização e acompanhamento para que as atividades sejam efetuadas de maneira correta e eficiente, e também como ferramenta de combate a corrupção no exercício de sua cidadania, uma vez que tem em sua disposição a prestação de contas a respeito do que é feito com o dinheiro público. Assim, a Carta Constitucional com sua visão humanista consagrou direitos a seus cidadãos de fiscalização das finanças estatais, abrindo ainda alternativas em que a própria sociedade pode participar na aplicação do orçamento do Estado, direcionando as áreas que entende ser mais relevantes como por exemplo o Orçamento Participativo na cidade de Porto Alegre – RS, em que a população através de uma votação coletiva decide as prioridades de investimento estadual. Nesse sentido, chega-se a um Estado Democrático, que só se efetiva quando as relações de poder estiverem partilhadas com todos os indivíduos, visto que toda a estrutura estatal esta devidamente delimitada em legislação anterior, no caso a Constituição Federal, alicerçando todos os procedimentos e regras a serem cumpridas, para que dessa forma, a participação e a interlocução com a sociedade seja aplicada, inclusive por ações governamentais que visem o atendimento de um bem maior, as demandas públicas

direcionadas a maior parte da população, efetivando a equidade. (LEAL, 2006) Portanto, fica cristalino que a democratização trazida pela Constituição Federal de 1988 resultou no fortalecimento da participação da sociedade diante da Administração Pública, uma vez que as decisões passaram a ser divididas e fiscalizadas pela sociedade civil e suas organizações.

O compartilhamento dessas decisões faz com que o antigo poder absoluto do Estado seja fragmentado e fiscalizado de forma mais eficaz. É de conhecimento geral que, durante a vida, um indivíduo está sujeito a participações na sociedade em que se encontra, sendo este afetado pelo Estado, governo, comércio, instituições particulares com ou sem fins lucrativos e o ambiente social ao qual pertença como já mencionado acima. Logo, observa-se que nesse interim muitas são as relações de interação, principalmente das empresas que afetam financeiramente o mercado e a economia, pois prestam serviços aos particulares e a própria administração pública por meio de licitações e outros tipos de contratos previstos em lei.

Portanto, todos devem ter acesso a efetivação desses direitos, tanto aqueles que se apresentam disponíveis para trabalho quanto os indisponíveis, uma vez que os mesmos incidem sobre as necessidades básicas de todo cidadão, não podendo haver diferenciação alguma na sua concretização. Assim, uma das formas de exercer a cidadania e através do controle social de gestão pública, tal controle está à disposição tanto da população ativa como inativa, desde que esteja em conformidade de cumprimento com suas obrigações para com o Estado. A Gestão Pública deve prestar contas das ocorrências contábeis pelas quais tenha passado, e através dessa ação torna-se possível que a população acompanhe e fiscalize as atividades dos órgãos públicos, estando garantindo essa participação. As verbas públicas ajudam a melhorar as cidades em diversas áreas, tais como: merenda escolar, saúde e remédios, escolas, creches, idosos, estradas e obras públicas, poços e barragens, bolsa família, dentre tantas. As informações a respeito do uso do dinheiro nessas áreas podem ser encontradas por meio dos Conselhos Municipais, Secretarias, Vereadores, Partidos e Sindicatos, sites como o portal transparência, entre outros. (CGU, 2009) De modo geral, é possível notar a necessidade de conhecimentos contábeis em tudo, uma vez que através deles faz-se possível alcançar objetivos individuais e coletivos, possibilitando a melhoria na vida

financeira e também nos espaços dedicados aos componentes da sociedade.

Metodologia: O presente trabalho utilizou-se o método hipotético-dedutivo

Palavras-chave: Educação; Empoderamento Cívico, Contabilidade, Fiscalização

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO SOBRINHO, Reginaldo Pereira de. Controle Social dos Recursos Públicos no Distrito Federal; **ESAF – Escola de Administração fazendária**, Brasília: ESAFDIRED, 2010. Disponível em:
<http://www.esaf.fazenda.gov.br/assuntos/biblioteca/arquivos_monografias/arquivo.2013-04-17.2190612442>. Acesso em: 18 mai. 2017.
- BATISTA FILHO, Ernesto Luiz. et al. CONTROLE SOCIAL DA GESTÃO PÚBLICA: uma experiência no município de Cabedelo (PB); **UFPB – Universidade Federal da Paraíba**, Cabedelo: Pró-reitoria de extensão e assuntos comunitários/UFPB. 2013. Disponível em: < <http://www.prac.ufpb.br/enex/trabalhos/4PRACCOPACPROBEX2013827.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2017.
- CARVALHO, Augusto César Leite de. **Direito do trabalho**: curso e discurso. Aracajú: Evocati, 2011.
- CGU – Controladoria-Geral da União. **Olho vivo no dinheiro público**: Um guia para o cidadão garantir seus direitos. 2. ed. Brasília: Gráfica Brasil Editora & Marketing Ltda. 2009. Disponível em: < http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/controle-social/arquivos/cartilhaolhovivo_baixa_v2.pdf>. Acesso em 18 mai.2017
- CRUZ, Carlos G. Caixeta; SILVA, Amilton Paulino. FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DA CONTABILIDADE: DA ANTIGUIDADE A LUCA PACIOLI; **O Contador**, 25 jun. 2001. Disponível em:
<<http://www.ocontador.jex.com.br/contabilidade/fragmentos+da+historia+da+contabilidade+da+antiguidade+a+luca+pacioli+>> . Acesso em: 19 mai. 2017.
- DELMIRO, Rodrigo. Contribuição do Império Romano para a contabilidade; **Revista Conhecendo a Contabilidade**, 3 mar. 2012. Disponível em:
<<http://conhecendoacontabilidade.blogspot.com.br/2012/03/contribuicao-do-imperio-romano-para.html>>. Acesso em: 19 mai. 2017.
- MASSARO, André. Como cuidar de suas finanças pessoais. **Conselho Federal de Administração**, Brasília, 2015. Disponível em:
<<http://www.cfa.org.br/servicos/publicacoes/cfa-cartilha-financa-pessoal.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2017.
- LEAL, Rogério Gesta. *Estado, administração pública e sociedade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
- OLIVEIRA, Luciano. **TCU – Evolução da Administração Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2008. Disponível em:
<https://www.editoraferreira.com.br/Medias/1/Media/Professores/ToqueDeMestre/LucianoOliveira/LucianoOliveira_toque_27.pdf> . Acesso em: 19 mai. 2017.
- SARMENTO, Daniel. *Direitos fundamentais e relações privadas*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004.

SILVA, Wellington Souza. População economicamente ativa; **Info Escola**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/populacao-economicamente-ativa/>>. Acesso em: 15 mai. 2017.

SOUSA, Edilson Rodrigues de. et al. Caderno de Educação Financeira - Gestão de Finanças Pessoais; **Banco Central do Brasil**, Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2017.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Elementos para uma crítica do Estado*. Porto Alegre: Fabris, 1990, p. 21.

A PREVENÇÃO AO FEMINICÍDIO: A EDUCAÇÃO EMBASADORA DOS DIREITOS HUMANOS DE MULHERES

Nalidia Ferreira Abreu¹⁵,

Sabrina Cassol¹⁶

O presente trabalho visa abordar a problemática do Femicídio ocorrido no Brasil, para tanto o estudo desse fenômeno se fará a partir da apresentação da importância da formação educacional voltada aos Direitos Humanos no sentido de colaborar na sua prevenção. A Lei Maria da Penha foi promulgada no ano de 2006, e tinha por objetivo prevenir e punir a violência doméstica.

Para a realização da pesquisa proposta fez-se um estudo da eficácia das medidas protetivas de urgência que visam a segurança e proteção da mulher, garantindo que a mesma não sofra qualquer tipo de violência, inclusive seja vítima de homicídio, pois deve-se ter em mente que a Constituição lhe assegura direitos como o da dignidade da pessoa humana e o direito à vida. Na busca por respostas acerca da eficácia das medidas preventivas por meio da educação, fez-se a análise da seguinte indagação: Afinal, de que forma a educação direcionada aos Direitos Humanos poderá trazer efetividade quanto a prevenção da violência contra a mulher? Quais os tipos de ações sociais emancipatórias podem ser aplicadas nesse sentido?

Assim sendo, o referido estudo avalia a eficácia de ações educacionais e emancipatórias no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, de forma a garantir o direito à vida, relatando a construção histórica dos Direitos Humanos que estão presentes na construção da Constituição Brasileira. A construção histórica dos Direitos Humanos com o passar dos séculos se desenvolveu contemplando essa parte tão importante na construção da sociedade, de forma a garantir igualdade, liberdade e reconhecimento. Mesmo sendo tão injustiçada, a classe não permitiu se entregar ao

¹⁵ Nalidia Ferreira Abreu. Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: nalidiaabreu12@gmail.com

¹⁶ Sabrina Cassol. Mestre em Direito; Especialista em Direito Processual Civil; Professora de Direito da UFAC – Universidade Federal do Acre; Advogada. E-mail: binacassol@yahoo.com.br

acaso, passando por lutas, opressões e represálias que tentavam cada vez mais desmotivar e embargar esse sentimento de empoderamento.

Trazendo esse contexto de pelejas para o Brasil, a batalha se iniciou tardiamente se comparada aos países desenvolvidos, o que acarretou delongas de participação ativa feminina em campos importantes da sociedade. Iniciando essa análise, a década de 1930 foi um marco histórico para esta construção, pois em 1932, as mulheres conseguiram direito ao voto, sendo incluído na Constituição de 1946 para sua legalização oficial. Outro fato de crucial importância com a evolução dessas conquistas foi a criação do Movimento Feminino pela Anistia em 1975 e a conquista do Direito ao divórcio ainda na década de 1970. Passados 15 anos desde essa data, criou-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), para erradicar a exclusão e promover a participação feminina ativa na sociedade, que foi de suma importância e contribuição.

Os Direitos Fundamentais garantidos para as mulheres, bem como para diversos outros grupos com histórico de exclusão, estão positivados pela Constituição de 1988, por meio do Estado, sendo este guardião da segurança da integridade física e moral, da vida e da dignidade que cada ser humano possui e precisa para afirmar seu papel social. Essa Constituição com um viés mais humanistas trouxe às mulheres esperança de terem seus direitos respeitados, de serem colocadas num patamar de igualdade, além de se sentirem motivadas a buscar espaços na construção de uma nação justa. As mulheres que buscaram por seus ideais de luta e libertação em movimentos, garantiram espaços progressistas reconhecidos pela Lei, no entanto, essas mudanças não ocorreram de forma homogênea e democrática, pois, ainda havia diferenças sociais de raça/etnia e condição financeira. Esses entraves que retardavam a mudança positiva eram, por exemplo, a falta de acesso ao trabalho, ascensão profissional e recursos produtivos motivados pela diferença de gênero, ou seja, simplesmente pelo fato de serem mulheres.

Essas e várias outras leis, através de manifestos, produziram reais conquistas no final do século XX, todavia ainda predominava sobre o pensamento masculino a existência de uma hierarquização de classes dentro da sociedade, não tratada com o devido rigor. Esta por sua vez, resultava em vários problemas, como por exemplo, a violência de gênero que culminava em homicídios crescentes, sendo essas tristes

estatísticas fundamentais para a criação da Lei Maria da Penha e posteriormente, a Lei de Feminicídio. Segundo o CFEMEA (2009), a Lei Maria da Penha (11.340/2006) é um conjunto de normas com tópicos de mecanismos próprios, que pretende promover a erradicação da violência contra a mulher no âmbito familiar, criar juizados especiais de competência cível e criminal, estabelecendo também medidas de assistência e proteção às vítimas.

Para isso, foi necessário caracterizar como criminoso o ato de violência de gênero, que viola os Direitos Humanos, principalmente o direito à vida, onde, mulheres são assassinadas brutalmente por seus próximos e muitas vezes, por motivos banais. Resultados de pesquisas mostram que a hostilidade em questão, reflete uma realidade em que o homem se impõe sobre a mulher, tornando-a subordinada pelo uso da força física, e infelizmente, as maiores prejudicadas são as mulheres negras e pobres, apontando esse desdenho, por raças e classes. Dessa forma descobriu, mais precisamente que 99% das entrevistadas revela ter conhecimento da mesma ou que pelos menos ouviram falar, onde, pelo menos uma a cada cinco, também relata que já sofreu algum tipo de violência. Destas, 26% ainda convivem com o autor da ação. Essa pesquisa nos mostra que, embora a maioria das mulheres tenha conhecimento que possuem direitos, os quais são fundamentais para a evidenciação de que as mesmas são amparadas judicialmente em qualquer situação desfavorável ao seu conforto institucional e social, ainda prevalece, por motivos inconvenientes, o silêncio e a concordância com esse tipo de prática.

Mesmo com a presença de legislações de repugnam totalmente a violência de gênero, como a Lei Maria da Penha e a Lei de Feminicídio, as estatísticas são assombrosas, o que torna necessário atentar para a situação como um todo e para a existência de casos que poderiam ser impedidos, tendo em vista que esses crimes são consequência de um histórico de violência doméstica, perfeitamente oriundos de uma sociedade em que permanece a inferioridade feminina em relação aos homens por uma construção social, caracterizando um processo contínuo e que precisa ser extirpado. Em todo o caso, a existência de um fim letal e extremo evidencia que, de alguma forma, os meios que poderiam evitar esse desfecho foram frustrados e precisam ser revistos.

Portanto, utilizar-se-á a metodologia quali-quantitativa de caráter dialético, apontando o estudo para uma evolução do Estado quanto às políticas públicas existentes, mas ainda se torna necessário criar métodos que erradiquem totalmente essas práticas criminosas.

Para isso demonstrar-se-á a educação como forma de conscientização e por consequência prevenção de sua perpetuação na sociedade. A partir dos números de homicídios há uma tendência crescente em aplicar políticas públicas preventivas utilizando a educação para os direitos humanos como o caminho mais promissor, principalmente no que tange a conscientização e emancipação das vítimas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Direitos Humanos; Lei Maria da Penha; Femicídio; Violência de Gênero;

REFERENCIAS

- PROFETA, Mary da Silva; MALDONADO, Nara Francieli. Mulher com deficiência, violência e direitos humanos. **In.: Mulheres, gênero e violência.** 1 ed. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo (org.). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos:** Uma História. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PITANGUY, Jacqueline; BARSTED, Leila Linhares. Um instrumento de conhecimento e de atuação política. **In: O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010.** 1 ed. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.
- PITANGUY, Jacqueline. Advocacy e direitos humanos. **In: O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010.** 1 ed. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.
- CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA SCS. **Lei Maria da Penha: do papel para a vida Comentários à Lei 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário.** 2 ed. Brasília: MDG3 Fund, 2009.
- INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Femicídio: #InvisibilidadeMata.** 1 ed. PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (Org.). São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2015.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. **MAPA DA VIOLÊNCIA 2015: HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL.** 1 ed. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Flacso, 2015.
- DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça A efetividade da Lei 11340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher.** 1 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.
- MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia na Pesquisa do Direito.** 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- FRANCHESCHINI, Marina. Brasil é o quinto país do mundo em ranking de violência contra a mulher. Brasília, nov. 2015. **G1 HORA1.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/hora1/noticia/2015/11/brasil-e-o-quinto-pais-do-mundo-em-ranking-de-violencia-contra-mulher.html>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

**Anais do 1º Seminário do GrAELL e GpMICC:
educação, literatura e [r]existência – ISSN: 2526-5970**

Alguns números sobre a violência contra as mulheres no Brasil. Brasília, ago. 2012.
Compromisso e Atitude. Disponível em <
<http://www.compromissoeatitude.org.br/alguns-numeros-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil/>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

PERFIL SOCIECONÔMICO E AS PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS DE ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ANSELMO MAIA DE CARVALHO NA CIDADE DE CRUZEIRO DO SUL-ACRE.

Raimundo Aldeir¹⁷,

Adriana Martins¹⁸

A proposta definida nesta pesquisa é identificar o perfil socioeconômico e saber quais as perspectivas educacionais de alunos do 3º ano do ensino Médio da escola de ensino Fundamental e Médio Anselmo Maia de Carvalho, levando em consideração aspectos como a idade, gênero, escolaridade dos pais, o capital cultural, se exercem alguma atividade remunerada e as expectativas de continuidade dos estudos. A escola tem como missão a busca do conhecimento e construção da cidadania e está voltada para os princípios de respeito, ética, direito e democracia, solidariedade, criatividade e justiça e tem por finalidade o desenvolvimento do educando, assegurando-lhe a formação para o exercício da cidadania.

A instituição tem sede e foro na cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, município e comarca no mesmo nome e está localizado na Travessa Francisco Fernandes nº 110, no bairro Santa Terezinha. A escola recebeu esse nome em homenagem ao único agricultor da época que tinha sua propriedade registrada no Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro. Foi sócio benemérito da União Agrícola do Alto Juruá. Foi a primeira pessoa a contratar professor particular para lecionar à noite em sua casa para alfabetizar os trabalhadores de sua comunidade. Foi fundada no ano de 1968 durante o governo Jorge Kalume.

A necessidade de fundação da Escola Anselmo Maia de Carvalho neste bairro foi de acabar ou pelo menos diminuir o alto índice de analfabetismo no mesmo. Até o ano

¹⁷ Acadêmico de Graduação do 6º período no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Acre-UFAC/Campus Floresta. aldeir90.souza@gmail.com

¹⁸ Prof.^a Dr.^a da Universidade Federal do Acre-UFAC/Campus Floresta. adrianamartinsczs2011@gmail.com

de 2002 a escola funcionava sem Decreto de criação. A partir do dia 1º de outubro de 2003 passou a funcionar pelo Decreto nº 8.721. A escola começa a se estruturar e se preocupar com a alfabetização dos moradores do bairro.

O ensino médio é a etapa final da educação básica na vida dos jovens, estando bem próximo de um possível ingresso no ensino superior ou no mercado de trabalho. Por ser uma geração que busca a independência financeira e autônoma é importante que a escola utilize ferramentas de pesquisa em suas ações no cotidiano, com o objetivo de conhecer o perfil dos seus alunos e quais suas expectativas e anseios quanto ao futuro. Segundo Pilleti 2007, “a eficácia da escola depende não apenas da atenção que dá as características comuns, mas de modo especial do nível em que considera as características diferenciadas”.

De acordo com o autor quando a escola se preocupa em identificar o perfil do seu aluno, não só a instituição ganha ao planejar suas ações pautadas na sua realidade, mas, sobretudo irá contribuir para as presentes e futuras mudanças que precisam ser feitas no currículo para que assim, se tenha mais sucesso nas práticas pedagógicas, resultados positivos, e uma educação de mais qualidade, que tem sido amplamente discutida pelas instituições que atuam na área educacional, tornando-se um dos pilares da política educacional do país.

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2011), como determina a Constituição Federal, tem a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, entre seus objetivos e prioridades. Mas, além da melhoria, garantir a qualidade com equidade é um objetivo que deve ser alcançado nas escolas públicas brasileiras, buscando assegurar uma educação de qualidade para todos e cada um dos alunos matriculados na educação básica, independentemente do perfil socioeconômico de suas famílias ou de outros fatores comumente usados para justificar o ensino de má qualidade (FRANCO et al, 2007).

O Ensino Médio, enquanto última etapa da educação básica, determinado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 9394/96), apresenta desafios relacionados aos seus objetivos e características que dificultam a definição de uma identidade própria para esta etapa de ensino. Observando seu histórico é perceptível uma dualidade muito frequente nas concepções de ensino. De um lado, a preocupação em preparar o aluno

para o mercado de trabalho e, de outro, um ensino totalmente propedêutico, ou seja, que visa à preparação dos jovens para o ingresso no ensino superior. Ao longo dos anos o Ensino Médio vem sendo bastante discutido e tem se tornado grande preocupação e embates quanto a sua finalidade. Em seu contexto histórico o Ensino Médio por muito tempo foi identificado como um curso intermediário entre o Ensino Fundamental e o Ensino Superior, tendo como principal finalidade uma formação profissionalizante.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) lhe confere a identidade de ser “educação básica”, ou seja, passa a ser reconhecido também como um “direito”, dentro da mesma perspectiva, a Emenda Constitucional 59/2009, que alterou a Constituição Federal, prolongou o tempo de escolaridade obrigatória no Brasil para a faixa etária dos 4 aos 17 anos, reforçando assim o sentido de ampliação do direito à educação além de indicar que se assegure o acesso, permanência e conclusão para todos os que se encontram na idade entre 15 e 17 anos. Este trabalho terá como foco principal analisar e identificar qual o perfil socioeconômico e se esta modalidade de ensino tem respondido e alcançado as perspectivas dos alunos, buscando assim uma formação de qualidade. Abrangendo também a pesquisa sobre essa dualidade, perceber se o Ensino Médio tem preparado os jovens somente para ingressar no mercado de trabalho, sendo mão de obra para o capitalismo, e se o ensino Médio tem preparado ou não os jovens para o ingresso no Ensino Superior e assim dando continuidade aos seus estudos. Depois de algumas sucessivas reformas a que tem sido submetido o Ensino Médio no Brasil, o que se tem buscado é romper e vencer essa dicotomia propedêutico/profissionalizante (Franco, 1999).

Um duplo impasse deve ser enfrentado: sua inclusão no âmbito da educação básica e obrigatória para os estudantes brasileiros e a proposta de reorganização de sua estrutura curricular. Tendo em vista a realização de um trabalho de qualidade e que alcance as metas esperadas nesta pesquisa traçarei a seguir os seguintes objetivos a serem alcançados: analisar e caracterizar o perfil socioeconômico e as perspectivas educacionais dos alunos do 3º ano da Escola da rede pública estadual Anselmo Maia de Carvalho na cidade de Cruzeiro do Sul no Estado do Acre, identificar o perfil socioeconômico dos alunos e da família; investigar as perspectivas educacionais dos alunos da Escola Pública Estadual Anselmo Maia de Carvalho, analisar a relação do perfil

socioeconômico e cultural dos alunos com suas perspectivas educacionais. A clientela da é bastante heterogênea, pois ingressam muitos alunos de outras localidades e escolas vizinhas. Sendo grande diversidade de crianças e adolescentes, têm desde alunos tímidos, bem recatados, hiperativos até mesmo alunos que possuem comportamento mais agressivo.

A escola recebe também crianças portadoras de necessidades especiais que são para todos os membros da comunidade escolar um grande desafio, pois a Educação Inclusiva não se faz apenas por decreto ou diretrizes, ela é construída na escola por todos. Os alunos são crianças e adolescentes de baixa renda, apesar de alguns serem beneficiados por programa do governo federal como Bolsa Escola é muito comum à falta de material necessário para o seu desenvolvimento. Muitas vezes a escola deixa de exigir determinados materiais em sala de aula por conhecer a realidade financeira dos pais de cada um. Existe grande número de famílias desestruturadas, filhos que vivem apenas na responsabilidade da mãe, onde a mesma trabalha como diarista o dia todo e os filhos acabam ficando sozinhos sem acompanhamento para realização de suas tarefas diárias.

Muitos deles também moram em casa de parentes ou de conhecidos para estudar sem o acompanhamento dos pais. Outra caracterização da clientela é de serem filhos de famílias com baixo índice de escolaridade, e isso dificulta no acompanhamento das tarefas escolares dos mesmos. Em conversa com a direção e professores, percebi que a clientela principalmente do Ensino Médio têm perspectiva de um futuro melhor, de dias melhores. Faltam muito e são muito desinteressados com os estudos. Temos alguns alunos que merece um acompanhamento especial, a escola dispõe de uma sala de AEE (Acompanhamento de Educação Especial). O que é mais comum entre eles é assistirem TV, frequentarem cultos em suas respectivas igrejas: Católicas, Batista e Assembleia de Deus e jogarem bola nas diversas modalidades nas quadras da Praça da Juventude próxima a escola. Na busca de traçar o perfil dos alunos e realizar um trabalho de qualidade optaremos pela pesquisa de caráter qualitativo, com abordagem analítica e enfoque dedutivo, buscando fundamentos em autores da área.

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu instrumento, e esta por sua vez,

supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada (LUDKE, 1986, p. 11).

Ainda sobre o procedimento metodológico utilizaremos questionário de perguntas semiestruturada para que possamos alcançar os objetivos propostos neste trabalho, de maneira que o aluno terá mais segurança para responder. Participarão da pesquisa duas turmas de terceiro ano do turno vespertino que estão em fase de conclusão. As questões que serão aplicadas aos alunos terão como objetivo traçar um perfil dos alunos.

A fonte de investigação deste estudo estrutura-se no relatório dos questionários. Das leituras desses questionários são extraídas as seguintes variáveis: idade, localidade onde residem, expectativas educacionais em relação ao ensino Médio, grau de escolaridade dos pais, qual a classe social dos alunos e pais, qual o capital cultural dos pais e familiares. Paralelamente, serão realizadas entrevistas abertas, iniciadas por conversas informais, nas quais será focado os pontos principais que pretendo investigar. Para Ludke (1986, p. 34), nesse tipo de pesquisa “a entrevista se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”. Como a pesquisa ainda não foi realizada não têm resultados nem parciais e nem concluídos tendo em vista que ainda estou fazendo o levantamento do material bibliográfico acerca da minha temática.

Conhecer o perfil socioeconômico e quais as perspectivas educacionais dos estudantes do 3º ano do ensino Médio possibilita o planejamento de ações que contemplem suas ansiedades e com isso proporcionar subsídios para uma melhor interação entre professor-aluno contribuindo para o processo de ensino-aprendizagem sempre na busca de uma educação de qualidade. É certo que grandes desafios estão presentes tanto na estrutura educacional em geral, quanto na estrutura curricular, e na vida dos alunos que precisam ser vencidas através de iniciativas pedagógicas que possam valorizar o meio cultural e social do aluno da classe baixa que precisa vencer na vida e isto somente será possível através da educação, e não uma educação tradicional mais sim libertadora e dialógica. O aluno precisa ser encarado como produtor de

conhecimento e não como um mero receptor, um ser ativo, político, reflexivo que sabe se posicionar socialmente na sociedade.

Referências

CHARLOT, B. **O que é qualidade em educação?** Anotações sobre palestra proferida no VII SIMPOED - Simpósio de Formação e Profissão Docente, em 22/10/2009.

FRANCO, M. L. P. B. **Ensino médio: desafios e reflexões**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da Educação**. Edição reformulada e atualizada. 18ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

MICHEL, M.H. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO: O QUE ESTÁ EM JOGO NA TRÍADE REFORMAR, INOVAR E TRANSFORMAR.

*Saionara da Silva Lopes*¹⁹
*Adriana Martins de Oliveira*²⁰

Reformar, inovar, transformar. Um conjunto de palavras que carregam um grande valor positivo, mas que na verdade remete-se à retenção da ideia de progresso e de melhoria na qualidade do Ensino Médio brasileiro. Desde a década de 70, período em que o quadro político nacional vem sendo delineado por um viés pautado em atender aos interesses da economia mercadológica, o Ensino Médio tem sido palco de disputa pela supremacia político ideológica no que diz respeito ao seu sentido, objetivos e formato.

Sem uma perspectiva de formação integral pautada em um sentido mais amplo de formação humana, o cenário atual desta etapa final da educação básica, configurada a partir da publicação da Medida Provisória 746/16 que resultou na Lei 13.415/17, não parece se constituir como uma inovação, mas como uma possível renovação de um enfrentamento histórico pela predominância de um Ensino Médio mais voltado para a formação pragmática de jovens, que atendam às necessidades do mercado de trabalho.

Analisando dados da realidade do Ensino Médio brasileiro na atualidade, deparamo-nos com questões extremamente preocupantes. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), dos 10.357,874 jovens de 15 a 17 anos, só metade estavam cursando o Ensino Médio, sendo que apenas um terço deles, totalizando 3.289.510, ainda cursavam o Ensino Fundamental e cerca de um milhão, encontravam-se fora da escola. Corroboram com este cenário os quatro milhões de jovens brasileiros que trabalham em atividades informais, sendo que deste total, 90% ganham abaixo de um salário mínimo (SIMÕES, 2010).

Dos 3,7 milhões de crianças e adolescentes que não estudam no Brasil, 40% são adolescentes e estão em atraso na trajetória escolar. No caso destes, o fator que

¹⁹ Acadêmica do curso de pedagogia da Universidade Federal do Acre/UFAC/Campus Floresta. E-mail: saionaralopes@hotmail.com.

²⁰ Professora do Centro de Educação e Letras da Universidade Federal do Acre/UFAC/ Campus Floresta. E-mail: adrianamartinscsz2011@gmail.com.

provoca mais desigualdade entre os que estudam e os que estão fora da escola é a renda familiar. Dos 1,5 milhão de adolescentes que não vão à aula e têm idade entre 15 e 17 anos (15% dessa população), 336 mil têm renda familiar per capita de até um quarto de salário mínimo. Diante deste quadro, um modelo de Ensino Médio que enfatiza dentre suas linhas de ação, o estímulo à utilização de recursos públicos (Fundeb²¹) para o financiamento de parcerias com a esfera privada, parece direcionar-se para uma grande regressão da legislação e da política educacional, fato este que tem nos preocupado e despertado para estudos mais intensos acerca da temática.

No governo do Lula –se buscou uma maior dedicação às causas sociais, deixando de lado a Reforma do Ensino Médio e ampliando o Programa Bolsa Família, o Programa Minha Casa Minha Vida e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), sendo estes mantidos pelo governo de Dilma Rousseff. Mas depois do seu *impeachment*, o atual presidente Michel Temer traz à tona a referida reforma do Ensino Médio, trazendo dentre seus elementos, a anulação da obrigatoriedade das disciplinas Sociologia, Filosofia, Artes e Educação Física; o exercício de docência de pessoas com especialidade técnico-profissional; carga horária de um ensino integral; bem como a modificação do financiamento da educação pública, que passa a permitir parcerias com setores privados.

A defesa dessa lei, em outras palavras, encoraja a última etapa da educação básica a uma visão mercantilista da escola pública que tem objetivos práticos para decisão de mudanças posteriores, tais como “desempenho nos exames em larga escala e acesso limitado à educação superior por parte dos concluintes do ensino médio” (SILVA e SCHEIBE, 2017). As justificativas da reforma giram em torno de quatro situações: o baixo desempenho em Língua Portuguesa e Matemática conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); a estrutura curricular dita como exagerada cuja carga exige 13 disciplinas, por isso o desinteresse e mau desempenho dos alunos; a diversificação e flexibilização do currículo no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA).

²¹ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Na eminência de ir de encontro a estas questões, pautam-se como algumas das principais propostas da reforma, a organização curricular com base nas escolhas dos estudantes e também na obrigatoriedade de jornada escolar com o mínimo de sete horas diárias para todos os alunos. As propostas da Medida Provisória 746/2016 são, a divisão do currículo em cinco ênfases formativas (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, formação técnica e profissional), de forma que os estudantes cursem apenas uma dessas áreas. Caso a escola disponibilize todas essas áreas de ensino, a realização de parcerias privadas, os cursos a distância e a ampliação da carga horária escolar para sete horas diárias, mesmo que as escolas não tenham estrutura física ou a certeza de que vão ganhar recursos para uma pequena melhora, constituem-se elementos importantes nesta reforma.

Trata-se, dessa forma de garantir a adequação da formação dessa juventude à lógica do mercado, pois apenas uma parte muito pequena dos concluintes da educação básica terá acesso à educação superior” (SILVA e SCHEIBE, 2017). Partindo dessas questões, nosso trabalho se propõe analisar o que dizem os estudos atuais acerca da Lei 13.415/17 no que diz respeito à carga horária, estrutura física, disciplinas disponibilizadas e formação dos professores, analisando as possíveis implicações desta na vida escolar do aluno no Ensino Médio. Para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso, faremos uso da pesquisa bibliográfica, com embasamento teórico nos estudos de GADOTTI (2009), KRAWCZYK e FERRETTI (2011), GOLGHER (2010) e SILVA (2017). Os resultados, ainda que parciais de nossa pesquisa, caminham para uma visão de uma escola pública extremamente mercantilista, contrariando seu caráter público, inclusivo e universal.

Partindo desse pressuposto, inicia-se a adoção de mecanismos de exclusão e desigualdades no processo de escolarização, uma vez que há um processo de desregulamentação da obrigação do Estado para com a educação. De acordo com Zrawczyk e Ferretti (2017) isso acontece também, por conta do processo de flexibilização do currículo, bem como das relações de trabalho e do destino dos recursos públicos. Sobre este tratamento dado ao currículo, Willian Simões salienta que a não obrigatoriedade de disciplinas como a Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física, promove uma espécie de subalternação de importantes áreas do conhecimento, em

decorrência de se privilegiar os saberes que se coadunam com a racionalidade do mercado empresarial.

Palavras-Chave: Reforma do Ensino Médio. Educação Básica. Regressão Social.

GT 2 – LINGUA(GEM), CULTURAS E SOCIEDADE

UM LÉXICO AFRO-BRASILEIRO EM RIO BRANCO: A LINGUAGEM DOS TERREIROS

*Océlio Lima de Oliveira*²²

*Maurizio Babini*²³

As línguas africanas que entraram no Brasil durante o período escravocrata foram responsáveis também para tornar a língua portuguesa falada pelos brasileiros como suas características próprias e distintas do português europeu. No entanto, essa influência era até certo ponto negada por muitos estudiosos, até porque as próprias línguas africanas não eram compreendidas como línguas e sim como dialetos. Segundo Lopes (2006, p.213), uma das formas de racismo mais comum no Brasil é aquela que procura reduzir as línguas africanas à condição de dialetos. Entretanto, esse posicionamento não-científico é inconsistente, haja vista que dialeto – mesmo com todos os problemas que aparecem ao se tentar conceituar esse termo – é a variação de uma língua dentro de uma comunidade linguística em que se predomina “um falar mais amplo” (LYONS, 1981). Esse “falar mais amplo” é influenciado por fatores sociolinguísticos diversos como: idade, classe social, região, nível de escolaridade etc. de seus falantes, originando ao que se chama de dialetos/variedades. Portanto, a partir dessa perspectiva, pode-se falar que a África possui diversas línguas, com suas variedades específicas.

Assim, como o Quicongo, por exemplo, que possui suas variantes regionais, o PB é, como afirma Mendonça (1948, p. 213), um dialeto desdobrado em várias formas subdialetais. Um dos fatores que contribuiu, certamente, para tornar o PB uma língua com características próprias em relação ao português europeu, foi a presença de línguas africanas no Brasil, a partir do século XVII. Nos terreiros de candomblé essas línguas sobreviveram como línguas especiais. Nos navios negreiros não vinha somente a força braçal, vinha também fé, cultura e língua, elementos que resistiram até hoje mesmo que ressignificados no contexto da diáspora. A presença africana no Brasil foi fundamental

²² (CAP-UFAC/UNESP). Email: ocelioo@bol.com.br

²³ UNESP. Email: mauriziobabini@gmail.com

para a construção da nossa cultura e da nossa identidade, principalmente através das línguas advindas do tráfico negreiro. Certo que as línguas africanas faladas no Brasil durante o período escravocrata deram ao português certas peculiaridades, aumentando as diferenças entre o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE) (PESSOA DE CASTRO, 1983; LUCCHESI, BAXTER & RIBEIRO, 2009).

Assim, com o objetivo principal de sanar uma lacuna existente nos estudos linguísticos brasileiros e propondo-se ser uma contribuição para o entendimento do que são as diversas influências dos vestígios de línguas africanas em terreiros de candomblé acrianos, o presente trabalho consiste em fazer um estudo das características lexicais presentes em terreiros de candomblé do município de Rio Branco, capital do estado do Acre. Após o estudo lexicológico dos termos usados em situações diversas dos terreiros, propõe-se elaborar uma proposta de dicionário a partir do levantamento e análise do *corpus* tendo como base a teoria e prática da Terminologia.

Através de uma pesquisa de campo dentro das comunidades tradicionais de terreiro, conversas informais e entrevistas semi-estruturadas, elaboramos um conjunto de lexias que comprovam a existência de uma linguagem especial tanto utilizada em momentos ritualísticos e litúrgicos como no cotidiano do grupo e em contextos variados. Para o trato dos termos levantados, nos basearemos em Barros (2004), levando em consideração as orientações de análise terminológica elencadas pela autora. Para a realização da pesquisa dentro dos terreiros de candomblé, onde se tem a *língua-de-santo* e a *língua-do-povo-de-santo*, torna-se importante um estudo de algumas das principais etnografias de terreiros de candomblé realizadas por um número variado de antropólogos, dentre eles Capone (2009), Castillo (2010), Carneiro (1948), Elbein (1976), Parés (2006), Prandi (1991), Verger (1981 e 1987), entre outros. Embora cada terreiro de candomblé tenha suas peculiaridades, o estudo dessas etnografias nos ajuda a compreender a constituição de terreiros de candomblé, principalmente, no que condiz às semelhanças ritualísticas existentes entre eles. Nessa perspectiva, os terreiros serão compreendidos como comunidades de fala (LABOV, 1974) e que, portanto, são passíveis de uma análise linguística.

Os termos irão compor um sistema conceitual organizado em torno de campos nocionais que são: cargos e postos hierárquicos, cerimônias e rituais, culinária,

divindades, indumentárias e vestimentas sagradas, instrumentos musicais, recintos sagrados, objetos de culto, toques e ritmos, ervas sagradas e outros termos que ainda serão classificados em trabalho posterior. Em seguida, apresentaremos uma análise morfossintática e léxico-semântica de alguns termos. A língua de partida será o português ou a provável língua africana de onde o termo se origina. Portanto, os verbetes terão a seguinte composição na microestrutura: símbolo de classificação, entrada, transcrição fonética, categoria gramatical, equivalente em português, hiperônimo, hipônimos (se for o caso), definição, contexto, fonte e notas de uso, analisaremos mais especificamente alguns dos campos nocionais da terminologia do Candomblé. Como exemplo, temos: ogã (hiperônimo) e axogun (hipônimo).

Com o intuito de elaborar um dicionário de cunho terminológico, planejamos uma pequena análise de alguns candidatos a termos, exemplificaremos, posteriormente, a macroestrutura geral, a microestrutura e a seleção da nomenclatura. Sabemos que se trata de uma complexidade de questões que precisam ser minuciosamente planejadas, mas que também será revisada durante todo o processo de elaboração. O tratamento terminológico que daremos aos termos da linguagem do candomblé selecionados para este artigo será de caráter morfossintático e léxico-semântico. Assim, iremos verificar como se comportam os termos quanto ao aspecto morfossintático, isto é, quantos e quais são os termos que podem ser classificados como simples, complexos e compostos.

Constatamos termos relacionados ao candomblé, mas que também podem ser encontrados em outras religiões de matriz africana como a umbanda e o candomblé de caboclo num universo de aproximadamente 500 candidatos a termos e, a partir disso, elaboramos uma tabela de classificação morfossintática. Aos campos nocionais: (1) cargos e postos hierárquicos (2) cerimônias e rituais (3) culinária (4) divindades (5) indumentárias e vestimentas sagrada (6) instrumentos musicais (7) recintos sagrados (8) objetos de culto (9) toques, danças e ritmos (10) ervas sagradas (11) nomes religiosos (12) animais (13) nações de candomblé (14) saudações dos orixás, voduns ou inquices (15) cumprimentos (16) numerais sagrados.

Essa amostra dos termos do candomblé apresenta, como resultado preliminar, os termos simples em quantidade bastante diferenciada dos demais. Isso se deve, muito

provavelmente, ao fato de que no discurso do candomblé não há uma grande quantidade de termos de tipo sintagmático que são também chamados de *termos-sintagmas* ou ainda *sintagmas terminológicos*, ou seja, aquelas unidades terminológicas constituídas de diversos lexemas, comuns tanto aos termos complexos quanto aos termos compostos, provavelmente por serem lexemas provenientes da fala popular.

Alguns termos de origem africana estudados no Brasil foram identificados por Angenot & V. Angenot (2008), Castro (1980, 1995, 2002) e Lopes (2006) como sendo de origem fon e banto. Oliveira (2013) identificou, nos dois terreiros estudados por ele em Rio Branco, que a maioria dos termos identificados eram de origem fon, banto e nagô. Para essa pesquisa, pretende-se ampliar o estudo lexical desses termos nos terreiros de candomblé situados em Rio Branco para o posterior desenvolvimento de uma proposta lexicográfica. Pode-se falar que a África possui diversas línguas, com suas variedades específicas. Variedades linguísticas que estão presentes nos falares afro-diaspóricos e no português vernacular do *povo-de-santo*.

Neste trabalho, propomos dar um tratamento terminológico aos termos fundamentais do Candomblé praticado na região de Rio Branco-Acre. Dos componentes da língua, o léxico é o mais vulnerável a pressões em vários sentidos, tanto na perspectiva da estrutura física ou mórfica como na perspectiva do conteúdo semântico. Borba (2003) servirá como embasamento teórico para a presente pesquisa por nos dar suporte na análise das lexias faladas nos terreiros de candomblé, auxiliando-nos na classificação enquanto lexias simples, complexas e compostas. Um trabalho em Terminologia compreende o tratamento dos termos em seus variados aspectos, como morfossintáticos, léxico-semânticos e pragmáticos, portanto, faremos um levantamento dos principais termos usados pelos candomblecistas, inclusive aqueles que já foram incorporados pela língua portuguesa falada no Brasil ou que são provenientes do contato entre línguas africanas e o português vernacular brasileiro.

Focaremos nossa orientação teórica sobre a terminologia a partir de estudiosos consagrados na área, enfatizando os aspectos mencionados acima. Ao observar o contexto de formação histórica e cultural do Brasil (HOLANDA, 1936) e (FREIRE, 1933), é possível identificar a grande diversidade linguística existente nesse território. Para o desenvolvimento dessa diversidade, fatores históricos e sócio-culturais foram

extremamente importantes para que no Brasil cerca de 3.000 línguas indígenas (RODRIGUES, 1986), juntamente com as variedades do português europeu e quatro a cinco milhões de falantes de diversas línguas africanas, entrassem em contato, permitindo que elas se influenciassem. Castro (1968, p. 31) afirma ainda que as línguas africanas, além de influenciarem o desenvolvimento da língua-de-santo, também se concentraram nas falas de adeptos dos cultos afro-brasileiros, particularmente nos rituais do candomblé, que, apesar de resistirem à interferência do prestígio crescente do português, “tem, com o tempo, dele recebido uma boa influência morfológica e vocabular, notadamente nos candomblés de origem congo-angola (CASTRO, 1968, p. 86)”.

Apesar dessa influência direta do português nos vestígios de línguas africanas, terreiros de origem iorubá são mais resistentes a mudanças linguísticas. Castro (*op. cit.* p. 32) frisa que na *língua-do-povo-de-santo* e também na *língua-de-santo* se encontra um vasto vocabulário da língua fon, chamada no Brasil de Jeje. Pretendemos como esse trabalho promover uma maior valorização do léxico afro-brasileiro que existe nas comunidades de terreiro e que influenciam o falar da sociedade mais ampla, dando visibilidade para as características particulares do português vernacular brasileiro.

Palavras-chave: Léxico. Candomblé. Língua. Cultura

A (RE)SIGNIFICAÇÃO DO ETNÔNIMO JAMINAWA COMO MARCA DE (RE)EXISTÊNCIA IDENTITÁRIA

Shelton Lima de Souza²⁴

De maneira geral, os povos Jaminawa estão localizados em três países da América do Sul, a saber: Peru, Bolívia e Brasil (EAKIN, 1991; SÁEZ, 1995 e 2006; RODRIGUES, 1994; VALENZUELA, 2000; FAUST e LOOS, 2002, TOWNSLEY, 1988). Os grupos indígenas Jaminawa da tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru, juntamente com outros indígenas de filiação linguística Pano, distribuíam-se, outrora, em sua maioria, na bacia do Rio Juruá. Não obstante, devido a várias contendas internas, desenrolares históricos e elementos próprios da organização social Jaminawa (SÁEZ, 1995, 2006, 2015; NAVEIRA, 2007; TOWNSLEY, 1988), há grupos desta etnia que vivem fora das duas terras indígenas já demarcadas no estado do Acre, não mais vivem nos antigos seringais da região e passaram a transitar pelas cidades acreanas próximas às terras indígenas já demarcadas ou em identificação.

Neste sentido, devido à complexidade sociocultural Jaminawa, falar deste (s) grupo (s) se consubstancia em algo desafiador. Assim como não é fácil falar sobre os Jaminawa, não é simples pensar/discutir sobre a rede de relações envoltas entre as etnias indígenas brasileiras. Refletir sobre um povo, que está com a sua língua em processo de desvitalização, nos força a abordar algumas questões extremamente importantes que intermeiam a relação entre a língua e o povo que a fala. Não é possível falar de língua sem se remeter ao povo que a fala e, conseqüentemente, isso nos leva a pensar a problemática indígena dentro de um contexto maior que é a sociedade brasileira.

Considerando Brasil, Peru e Bolívia, a população Jaminawa é estimada em 1068 indígenas. Contudo, pode-se afirmar que esse contingente populacional Jaminawa pode ser usado para representar um grupo indígena, cujos membros compartilham das mesmas características sociais e étnicas? Além disso, este total reflete diretamente os índios Jaminawa que se autodenominam como tal? Ou, nesta faixa populacional, estão

²⁴ UFAC/UFRJ. Email: shelton.linguista@gmail.com

inseridos grupos indígenas que não utilizam o etnônimo Jaminawa em suas relações sociais, muito embora a sociedade envolvente os veja como Jaminawa? Mesmo que não saibamos responder a estes questionamentos, pois dão margem a implicações socioidentitárias complexas, a compreensão do uso do etnônimo Jaminawa manteve-se como um fator importante e crucial para o andamento de minhas reflexões sobre a sociedade Jaminawa.

De minha parte, a busca de tal compreensão se deu de modo cuidadoso e contido, isto é, com a consciência de que não há, a este respeito, uma discussão e um entendimento amplos. Destarte, neste trabalho, discuto algumas questões concernentes à relação existente entre o uso dos etnônimos Jaminawa e Xixinawa, se concentrando, principalmente, nos aspectos sociais advindos desta relação. Considerando que Jaminawa foi um termo imposto pelo não-indígena a grupos indígenas amazônicos e que Xixinawa poderia ser o termo de origem de alguns destes grupos, defendo a ideia de que, hodiernamente, o etnônimo Jaminawa tornou-se uma denominação apropriada que atende aos anseios contemporâneos dos indígenas que se autodenominam como tal.

O objetivo é discutir as implicações identitárias advindas do etnônimo Jaminawa e, desta maneira, analisar a ampliação de significados existentes no uso contemporâneo deste etnônimo. Para lidar, de modo refletido, com os questionamentos apontados na introdução deste resumo e com objetivo maior deste trabalho, aliei pesquisa bibliográfica – sobretudo trabalhos de antropólogos que estudaram etnias Pano e, particularmente, grupos Jaminawa – a relatos dos indígenas colaboradores de minha pesquisa. Trata-se, portanto, de uma pesquisa social de base sóciohistórica.

Ao longo da confecção do trabalho que deu origem a este resumo, compreendi que os aspectos sociais, nos quais os grupos étnicos Jaminawa estão envoltos, são, na totalidade, os resultados das relações entre indígenas (também denominados Jaminawa ou de outras etnias) e não-indígenas ao longo da história. Este olhar sobre a comunidade indígena estudada se coaduna aos estudos qualitativos de base sóciohistórica que se configuram como uma proposta teórico-metodológica que valorizam os aspectos descritivos e as percepções pessoais, focalizando o particular como instância da

totalidade social, procurando entender os sujeitos sociais envolvidos e, por meio deles, entender o contexto social mais amplo.

A abordagem histórica de fatos analisados em uma comunidade “não requer que se admita a existência (no plano ideal ou real) de uma sociedade equilibrada, onde os conflitos podem ser sempre superados e mesmo interesses divergentes viriam em última instância tão somente concorrer para a reprodução das relações anteriores” (OLIVEIRA, 2015). A abordagem sóciohistórica tem como preocupação maior encontrar métodos de estudar o homem como ser social e biológico, entendendo que o agente social é membro da espécie humana e participante ativo do processo histórico. Os sujeitos são compreendidos como históricos, datados, concretos, marcados por aspectos étnicos que produzem e reproduzem a realidade envolvente.

Conforme informações dadas por um dos principais líderes Jaminawa no Acre, o cacique José Correia da Silva Tunumã, o termo Jaminawa ou Yaminawá começou a ser usado em 1975 por funcionários da FUNAI para nomear um conjunto de etnias indígenas que habitavam a cabeceira do Rio Acre, do Alto Purus e do Alto Iaco, tanto do lado brasileiro quanto dos lados boliviano e peruano. O uso do etnônimo Jaminawa para nomear algumas etnias amazônicas tem relação direta com uma violenta prática conhecida como “correrias”. Dentre alguns objetivos das correrias, estão: a retirada de grupos indígenas de um espaço para exploração do local; proteção de um espaço geográfico para que não houvesse ataque dos chamados índios “bravos”; e a captura de indígenas com intuito de “amansá-los” para o trabalho em seringais. Provavelmente, um dos resultados da prática das correrias foi a nomeação de várias etnias, com configurações étnico-sociais distintas, embora próximas, pelo mesmo etnônimo. Esta aplicação genérica do termo Jaminawa pode explicar a diversidade de povos conhecidos por essa denominação ou, mais precisamente, “o termo Yaminahua tem a faculdade de designar coletivos de diferentes magnitudes sociológicas” (NAVEIRA, 2007).

Assim, além de grupos étnicos brasileiros terem recebido a denominação de Jaminawa, existem dois grupos diferentes no Peru que foram classificados por essa mesma denominação: um vivendo nas cabeceiras do rio Juruá e outro na cabeceira do rio Purus. Sáez (2006) discute que os Jaminawa da TI Cabeceira do Rio Acre, em Assis Brasil-AC, não são os mesmos do Peru. Para o antropólogo, os diversos grupos Jaminawa

localizados no Brasil e no Peru não constituem um mesmo grupo, pelo menos no que se refere aos dois povos Jaminawa no Peru, localizados nas cabeceiras do Rio Juruá e nas cabeceiras do Rio Purus, e aos indígenas Jaminawa no Brasil da TI Cabeceiras do Rio Acre. Cruz & Nunes (2004) afirmam que os Jaminawa da TI Mamoadate, da TI Jaminawa do rio Caeté, da TI Guajará no rio Iaco, localizadas em Sena Madureira, e da TI Kayapucá, em Boca do Acre-AM, são os mesmos indígenas Jaminawa da TI Cabeceiras do Rio Acre.

No tocante aos indígenas que se autoidentificam como Jaminawa e que são auxiliares deste trabalho, Rita Jaminawa, Bernardo Jaminawa e Marina Jaminawa informaram que eles são oriundos da TI Mamoadate, mais precisamente da Aldeia Betel; e que, por questões de problemas internos, como inumeráveis divergências entre os membros do grupo, optaram por sair da TI em tela. Marina Jaminawa fala com dificuldade sobre este período, devido, principalmente, à violência que ela presenciou – ou que indígenas mais velhos relataram a ela – junto a seus familiares por indígenas do mesmo grupo, ao qual ela pertence, e por não-índios que invadiam o território onde os indígenas estavam situados, provocando conflitos, muitas vezes, sangrentos. Rita e Maria informaram, também, que para escapar de não-índios e de indígenas de etnias diferentes, os índios mais velhos se escondiam nas matas da floresta. Rita, Bernardo e Marina lembram, com uma certa dificuldade, de histórias contadas por seus antepassados que os relacionavam aos Xixinawa ([ʃi'ʃi] 'quati'/'[nawa] 'povo/gente do quati'). Para Iglesias (2008), o que de certa forma se relaciona com a afirmação dada por Rita, Bernardo e Marina, o subgrupo Xixinawa é o resultado de uma série de conflitos internos, a partir da década de 90 do século passado, ocasionados pela animosidade entre grupos familiares. Estes conflitos provocaram a migração de várias famílias Jaminawa para a periferia de Rio Branco e para outras cidades localizadas na região do Alto Acre. Marina relatou que, em vários momentos de sua infância, ouvia seus pais e indígenas mais velhos afirmarem que eles pertenciam ao grupo Xixinawa.

Assim, acredito que o uso do termo Jaminawa, ou de um termo referente a um clã em situações sociais específicas, ocorrem devido ao desenvolvimento de modelos identitários que foram construídos pelos grupos Jaminawa ao longo das interações sociais com indígenas de etnias diferentes e com não-índios. Essa maleabilidade identitária construída historicamente tem diferentes implicações e não nos cabe julgar

se são implicações positivas ou negativas. Não se trata, apenas, de uma simples mudança de denominação (de Xixinawa “ou outra denominação” para Jaminawa). Trata-se de identidades construídas, pelos hoje denominados Jaminawa, que apresentam diferentes lugares de ação social, ocasionando o desenvolvimento de novas identidades. As interações sociais, com o desenvolvimento de diferentes identidades, nos levam a pensar no conceito de hibridismo que tem sido pensado a partir da produção de identidades nacionais, raciais e étnicas.

Na perspectiva dos Estudos Culturais, o hibridismo é compreendido como o intercurso entre diferentes nacionalidades, diferentes etnias, desconstruindo a pureza, a insolubilidade e a essencialidade dos grupos que se reúnem sob as diferentes identidades nacionais ou étnicas. Desta feita, as identidades que se formam por meio do hibridismo não são mais nenhuma daquelas de origem dos indivíduos (que já não eram “puras), muito embora ainda guardem traços delas. Além disso, é importante destacar que a hibridização se dá em uma relação assimétrica de contato intergrupal que ocasiona, muitas vezes, o conflito entre os indivíduos envolvidos. A assimetria ocorre devido à relação desigual de poder entre os grupos étnicos que entraram em contato, como, no caso deste trabalho, a sociedade Jaminawa (ou seja lá a nomeação que teria tido) com a sociedade não-indígena. O uso do termo Jaminawa possibilita que alguns indígenas, que se autoidentificam como tal, o utilizem para ter visibilidade frente à sociedade não-indígena, em busca, sobretudo, de apoio político.

À guisa de fazer algumas considerações finais, entendo que o uso do etnônimo Jaminawa é uma maneira de respeitar o desejo dos indígenas auxiliares deste trabalho e de outros, que utilizam o termo, para se remeter à sua identidade indígena. Os indígenas identificados como Jaminawa precisam ser compreendidos a partir de um espaço que coaduna relações sociais diversas, devido às questões históricas de inter-relação social que ocasionaram a inserção de grupos étnicos distintos em um mesmo espaço e, por conseguinte, com o mesmo etnônimo. A denominação Jaminawa, embora não seja, para os indígenas em questão, advinda de seu grupo, foi reformulada culturalmente e, hoje, serve plenamente para a identificação dos indígenas que foram os agentes sociais do trabalho que resultou neste resumo. Estes, cujos membros de gerações passadas foram nomeados forçosamente por Jaminawa, em um passado não

tão remoto, não são mais os mesmos indígenas de outrora, se identificando, conseqüentemente, com o etnônimo discutido. Esta posição dos Jaminawa tem relação com a visão Hall (2005) referente à construção das identidades humanas. Para o autor, a identidade é uma questão de “tornar-se”, pois os homens são capazes de se posicionar a si próprios e de construir e transformar as identidades históricas, herdadas de um suposto passado comum.

Palavras-chave: Jaminawa. Identidade. Etnônimo

Fonte de Financiamento: Fundo de Amparo à Pesquisa do Acre (FAPAC)

MAFALDA E A INTERTEXTUALIDADE DO DISCURSO IDEOLÓGICO NO CONTEXTO PROFISSIONAL

Gizeli Fernandes Sessa Mendonça²⁵

As concepções de linguagem influenciaram a prática de ensino da língua portuguesa e a perspectiva de análise linguística. A princípio, a primeira visão sobre a linguagem se constituiu como expressão do pensamento, o segundo momento, baseado nos estudos de Saussure e Chomsky, admitiu a linguagem como objeto de comunicação e, depois, na visão de Bakhtin, como forma de interação entre os sujeitos. Essa terceira concepção de linguagem compreende que o dialogismo é marcado pelo contexto e a história, os quais estabelecem a construção de sentido no discurso. Isso nos leva a compreender que não há neutralidade discursiva, uma vez que todo discurso está intrinsecamente ligado ao tempo e ao espaço e as ideologias. Desse modo, o discurso não é apenas uma estrutura abstrata e subjetiva centrada nas apenas na comunicação. Pensar o discurso dessa forma exclui tudo que é exterior à língua como, por exemplo: o contexto social, histórico, político, cultural, etc., mas que ao mesmo tempo está ligado a ela. Por isso, a língua tem o seu caráter heterogêneo e interativo. Diante de tais considerações, é que Bakhtin compreende que todo signo é ideológico, marcado por uma consciência produzida nas relações sociais.

É nessa perspectiva que este trabalho tem por objetivo analisar as relações discursivas e as imagens apresentadas na página 277 do livro “Toda a Mafalda” do cartunista argentino Joaquín Salvador Lavado, mais conhecido como Quino. O diálogo analisado é entre Pelicarlo, representante de uma companhia de seguros (pai da Mafalda, e um médico. Da relação entre diálogo verbal e as imagens apresentadas na tira, o autor expressa através do humor, o seu olhar crítico e irônico sobre a imagem criada ideologicamente a respeito da profissão médica. Como os estudos sobre relações discursivas não se esgotam, fizemos um recorte das várias possibilidades de análise considerando os estudos sobre o discurso baseado na interdiscursividade, buscando compreender, dessa forma, como o sujeito assume a sua identidade por meio das

²⁵ Professora associada da Universidade Federal do Acre. Centro de Educação e Letras – CEL. Campus Cruzeiro do Sul. email: gizelisessa@hotmail.com

imagens sociais condicionadas a determinados significados ideológicos que a profissão produz.

O procedimento técnico metodológico utilizado nesta pesquisa é o estudo bibliográfico, o qual, de acordo com Gil (1991), tem como base para a investigação sobre um material já organizado composto por livros e artigos científicos e, atualmente, disponibilizado por meio da internet. Dessa forma, farei uma análise na perspectiva da interdiscursividade, tendo como base os estudos de Bakhtin (1998), Pêcheux (2009) e Orlandi (2013), visando investigar a relação entre as imagens criadas no inconsciente coletivo sobre algumas profissões e as relações de poder que se estabelecem nesse contexto. Estabelecer Bakhtin (1998) como suporte teórico para as análises desta pesquisa, significa compreender o processo de organização dos discursos e as ideologias que os impregnam. É ir a fundo na imagem do ser.

Nesse sentido, os resultados serão fruto da visão ideológica de cada discurso analisado, porque a linguagem constitui-se de identidade. Como este trabalho ainda está em processo de construção, apresentamos uma prévia sobre as considerações finais, por isso, a princípio, constatamos que as profissões estabelecem as relações de poder, influenciam as formações discursivas e classificam os sujeitos socialmente.

Palavras-chave: Humor. Interdiscursividade. Imagens. Identidade. Significados Ideológicos. Relações de poder.

ORGANIZAÇÃO TÓPICA: UMA NOVA ABORDAGEM DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA?

Cleide Vilanova Hanisch²⁶

O presente trabalho insere-se no interior da Linguística Textual e, em particular, no âmbito de sua vertente conhecida como Gramática Textual-Interativa, uma abordagem que assume o texto como objeto de estudo, investigando, os chamados “processos de construção textual”, entre eles, a Organização Tópica, foco desse estudo, que diz respeito à organização do texto em partes e subpartes constituintes.

Nesse sentido, o objetivo central do estudo consiste em evidenciar as contribuições decorrentes dos estudos sobre o processo de construção textual – Organização Tópica – para o ensino de Língua portuguesa, no que diz respeito à compreensão e produção de textos. Tais contribuições, a nosso ver, apontariam para a possibilidade de surgimento de uma nova abordagem de ensino de língua materna.

Os estudos de base que conduziram esse trabalho foram os Jubran (2007, 2015), Jubran e Koch (2006), Alencar (2009), Alencar e Faria (2011) e Penhavel (2010, 2014, 2016). Trata-se de uma investigação bibliográfica, de natureza qualitativa e descritiva. Em termos mais específicos, para o levantamento e a análise de dados, selecionamos 3 trabalhos (1 tese, 1 dissertação e 1 artigo) produzidos no intervalo compreendido entre os anos de 2009 a 2016. Os dados apurados até o momento, apontam algumas possibilidades de como a Organização Tópica pode tornar as aulas de Língua portuguesa mais produtiva, no que se refere ao ensino de estratégias de construção textual.

Dentre tais possibilidades, destacamos a mais relevante, a qual sugere que esse processo pode auxiliar nas práticas de produção textual, particularmente no estudo dos mecanismos de estruturação de textos (globalmente) e de estruturação de parágrafos, contribuindo para desenvolver nos estudantes a habilidade na elaboração do chamado “projeto de texto”. Segundo nossa experiência em sala de aula, particularmente no que concerne à relação entre ensino e pesquisa, trata-se de um tema do ensino de língua

²⁶ Universidade Federal do Acre, cleidevh@gmail.com

portuguesa em cujo estudo tem se mostrado eficiente a estratégia de abordar a organização do texto em partes e subpartes como mecanismo estruturador do texto.

Palavras-chave: Gramática Textual-Interativa. Organização Tópica. Ensino de Língua Portuguesa.

LETRAMENTO ACADEMICO: PRÁTICAS LETRADAS ACADEMICAS EM CONTEXTO DIGITAL

Célia Maria Pires de Almeida²⁷

O texto escrito, no contexto acadêmico, é sempre visto como um produto acabado, resultante de um processo de ensino que prioriza conhecimento da gramática e desconsidera relações entre o e texto e história de seus usos por sujeitos escreventes. Para Lea e Street (2014), letramentos acadêmicos podem ser concebidos segundo três modelos que se sobrepõem: modelo de habilidade de estudo segundo o qual leitura e escrita são ensinadas como habilidades; modelo de socialização acadêmica segundo o qual o aluno aprende formas de falar, escrever, pensar e interagir em práticas de letramento específicas de cada disciplina, num processo de aculturação, e modelo de letramentos acadêmicos que considera o aluno da universidade como sujeito histórico e social, cujas práticas de leitura e escrita são situadas em contexto e subordinada a relações de poder, de identidade e autoridade.

Dessa perspectiva, dificuldades dos alunos na produção de textos nas universidades decorrem, dentre outros fatores, da concepção de escrita assumida pela instituição que, quase sempre, prioriza ensino de aspectos gramaticais e em habilidades que poderiam ser repetidas de um contexto a outro. Tencionamos, neste trabalho, apresentar resultados parciais de uma pesquisa sobre letramentos acadêmicos em contexto digital, considerando-se produção textual escrita produzida por universitários, licenciados em Letras de uma universidade federal do Brasil.

O material é constituído de 20 comentários produzidos no Facebook da turma sobre o uso do Internetês. Para analisar o texto dos alunos utilizamos, a exemplo de Correa (2010) uma abordagem etnográfica e discursiva. Os pressupostos teóricos advêm, por um lado, dos estudos de (BAKHTIN, 2000) e seu Círculo; por outro, dos estudos de letramentos acadêmicos (LEA; STREET, 2013, 2014). Interessa-nos, de maneira particularizada, analisar, nesses comentários produzidos em rede social, a

²⁷ Universidade Federal do Acre. celiapiresczs@gmail.com.

questão da intertextualidade explícita, no trabalho de referência acadêmica a citações de autores de outros textos. Os resultados indicam que no ato da escrita, o sujeito escrevente utiliza-se de aspectos formais da língua, mas também de aspectos discursivos, pois a escrita concebida como processo, tece diálogo com outros textos.

Palavras chave: Letramentos acadêmicos. Escrita. Intertextualidade.

OS INDÍGENAS EM “INÉ DA MINHA ALMA” E “ROBINSON CRUSOE” DE DANIEL DEFOE²⁸

Francisco Charles Nepomuceno Sombra²⁹

Este projeto objetiva desenvolver uma observação, sobre os encontros e desencontros das identidades culturais presentes em “Inés da minha alma”, de Isabel Allende e “Robinson Crusoe”, de Daniel Defoe. Em “Inés da minha alma” o menino indígena Lautaro adentra o povoado espanhol no Chile, passa a ser criado por colonizadores, aprende suas técnicas de guerra e, no momento oportuno, coloca o conhecimento adquirido a serviço de seu povo. Já em “Robinson Crusoe”, o personagem principal, o náufrago, após 15 anos de isolamento em uma ilha, salva o índio Sexta-Feira de um ritual canibalesco, tornando-o seu servo.

As duas obras retratam um dado momento da história, que se mostra distante, mas que na verdade, é presente nos dias de hoje, a intolerância, a discriminação e a violência são males que acompanham a humanidade desde sua origem.

A metodologia utilizada na elaboração deste estudo bibliográfico foi a produção de resenhas, fichamentos e resumos e, além de ter sido embasado na análise das obras citadas, teve como suporte teórico Homi Bhabha (2010), Mikhail Bakhtin (1997) e Zygmunt Bauman (2005), entre outros. Assim, após o estudo, é possível compreender melhor que as identidades indígenas, assim como as demais, existem em transformação contínua, atravessando fronteiras temporais e culturais, sempre a mercê do “por-vir”, do inacabamento.

Após a realização da pesquisa, comparando diferentes olhares em relação ao nativo, podemos construir uma imagem que revela traços significativos da nossa cultura enquanto colonizados, revelada pelo olhar exógeno. Essas marcas que nos caracterizam e diferem de todos os outros povos, ajudando a identificar nossas fraquezas e potenciais, a partir do olhar do outro.

²⁸ Projeto Pivic orientado pela Profa. Dra. Vera Lúcia de Magalhães Bambirra

²⁹ Universidade Federal do Acre. charles-nep@hotmail.com

Palavras-chave: Fronteiras. Identidades culturais. Literatura.

A CULTURA JURÍDICA DO FORMALISMO LINGUÍSTICO NO DIREITO E SEUS REFLEXOS NA ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS: UMA QUESTÃO DE ENSINO?

André Douglas Marinho da Silva³⁰

Flávila Barboza D'avila³¹

A temática ora abordada respeita a linguagem jurídica e seu emprego, a partir de um enfoque filosófico, visto que no contexto da contemporaneidade discute-se muito sobre o uso da linguagem técnica no âmbito da ciência do Direito, em alguns momentos concebida como óbice à compreensão de seus conteúdos. Frente ao exposto constatou-se a relevância de estudar o tema apresentando com um diálogo – ressalte-se necessário – das deficiências da ciência do Direito e das contribuições da ciência da Educação enquanto meio eficaz na busca de soluções a problemáticas no campo educacional, bem como do acesso ao conhecimento que transpassa a sala de aula e chega ao contexto social e por vezes inviabiliza a compreensão adequada do que se denomina de Direito.

O direito é classificado como uma ciência social aplicada; dessa forma, caracteriza-se como importante instrumento de regulação social. Logo, passou-se a indagar: qual é o reflexo social do emprego do tecnicismo exacerbado na linguagem jurídica no ensino do Direito? Busca-se desenvolver uma argumentação acerca do emprego errôneo da linguagem jurídica rebuscada e técnica, com sua terminologia específica e na maioria das vezes inacessível à grande parte da sociedade, em contextos inapropriados ao seu uso, partindo de uma abordagem filosófica na área do Direito e na área linguística, passando por estudiosos como Nietzsche, Wittgenstein, Paulo Freire, Foucault e Paulo Nader, sem descartar a importância do tecnicismo em determinados

³⁰ André Douglas Marinho da Silva. Universidade Federal do Acre/UFAC. Email: andre23marinheadms@gmail.com.

³¹ Flávila Barboza D'avila. Universidade Federal do Acre/UFAC. Email: flavilabarboza@hotmail.com.

momentos, e observar suas consequências práticas no campo do ensino e da atuação dos profissionais.

Observa-se que, assim como diversas outras áreas do conhecimento desenvolveram terminologias próprias, que por muitas vezes são carregadas de signos desconhecidos da sociedade em geral, e que pela sua precisão e uso reiterado e contínuo, necessitavam de termos próprios para sua boa expressão. Porém, se crítica o uso indiscriminado de termos jurídicos, o rebuscamento gratuito, que se faz desnecessário para certos momentos, e exprime a utilização de um vocabulário hermético para disfarçar a pobreza de argumentos e a falta de profundidade das ideias, e pode se expressar numa simples reafirmação de uma cultura jurídica que busca a erudição desnecessária como meio de elitizar o ensino e a prática do Direito. Utilizar-se-á a metodologia qualitativo com base em doutrinas relativas a temática, por meio dos métodos indutivo e dedutivo. Nietzsche (2004), em sua obra *Aurora*, assevera que a linguagem e seus preceitos nos criam diversos obstáculos.

Destarte, o homem ao criar a linguagem, ao invés de criar um objeto que o auxiliaria, acabou criando um impedimento ao entendimento de diversos conceitos, de forma a conceber uma problemática ao invés de uma solução. Isso dificultou, indefinidamente quanto ao tempo, o desenvolvimento total e o entendimento abrangente do ser humano dos conceitos, instituições e seus significados, partindo de seus significantes aos mesmos desconhecidos. A partir dessa perspectiva importa relatar que ao abordar a temática da educação enquanto prática para liberdade, Paulo Freire (1967), alerta que a educação só é possível nas sociedades humanas; no caso da sociedade brasileira, esta é concebida como espaço que sofre com constantes alterações conjecturais promovendo dessa forma um ambiente repleto de contradições. Logo, o contexto apresentado acaba por caracterizar o que o autor denominou “sociedade em partejamento”, repleta de conflitos entre o tempo que se finda – conjuntamente com seus valores – e o tempo que se inicia. A luta pela manutenção do tempo que se finda relata o empenho da elite dominante na sustentação do ambiente que lhes proporcionara a supremacia sobre o homem simples, inconscientemente minimizado ao status de coisa.

Não obstante, na busca por uma sociedade fundada na ideia do novo tempo, no qual todos os homens passaram a ser sujeitos de si por meio da educação, imperioso é ressaltar que a linguagem jurídica rebuscada, usada indiscriminadamente pelos estudantes e operadores do Direito reflete o domínio maciço da elite dominante abordada na obra de Paulo Freire (1967), que visam solidificar conceitos concebidos como imutáveis e irrefutáveis capazes de fecharem os olhos para o novo tempo no qual estão inseridos, cuja retórica apresenta uma clara preocupação/promoção ao acesso à justiça que pressupõe a compreensão daquilo que se denomina como Direito, o qual tem por base a ideia de justiça. Foucault (apud, CARVALHO, 2007), em sua obra, desenvolveu uma expressiva contestação de conceitos, de forma a abranger diversas áreas do conhecimento, por conta da amplitude de seu estudo. Tentou demonstrar a não efetividade de cristalização de conceitos, entendendo a sociedade e seus artefatos como sistemas característicos ao seu determinado momento histórico, a um contexto conceitual específico daquele dado momento.

Dessa forma, a reafirmação de uma cultura jurídica extremamente técnica no que diz respeito à sua terminologia, que busca manter a tradição, ainda que os termos sejam recém concebidos, é inviável, pois o dinamismo da sociedade exige que o operador do Direito se molde conforme o necessário. Esse movimento de desmistificação da linguagem jurídica deve se iniciar no ensino, de modo a desenvolver profissionais conscientes de tal necessidade de aplicação da linguagem de forma apropriada. A reafirmação desnecessária da erudição, dada a extensa terminologia jurídica, que fez-se necessária ao longo do desenvolvimento do Direito, para que se pudesse expressar um signo à determinado conceito, visto a enormidade de conceitos concebidos pelo mesmo, mostra-se incosequente e retrata por diversas vezes o enaltecimento de uma cultura jurídica que busca manter um conservadorismo elitista que não cabe em certos contextos onde se faz necessária a linguagem clara, concisa, simples e de fácil acesso para que o receptor compreenda a mensagem passada pelo interlocutor, que, dadas as circunstâncias, pode ser o fim último da prática jurídica. Segundo Wittgenstein (1975), “denominar algo é semelhante a colocar uma etiqueta numa coisa”. Para ele, a linguagem se assemelha à uma caixa de ferramentas, da qual se retira o instrumento mais útil à cada situação.

Podemos concluir assim, que Wittgenstein entende que a clareza se faz necessária à inteligibilidade da mensagem, sendo necessária a perícia do falante e a boa escolha dos signos a serem utilizados em cada contexto. Porém, não se pode negar a necessidade da utilização de uma linguagem rebuscada e de terminologia específica do mundo jurídico em especificidades. Segundo Nader (2004), a linguagem pautada em um alto nível de aperfeiçoamento tem sua importância quando da codificação do Direito, visto que, deve-se atentar para o fato de que os ditames legais devem buscar o máximo de coerência a fim de viabilizar certa estabilidade – por vezes denominada de segurança jurídica. A semiótica é a ciência dos signos, que estuda seus tipos e contribui na criação dos mesmos. Utilizando-se dela, é possível desenvolver diversos signos que foram necessários à classificação e denominação de fenômenos jurídicos, tanto do Direito como da Ciência do Direito.

Dessa forma, o Direito pode evoluir de forma expressiva em institutos e conceitos, necessários à boa formulação e aplicação de práticas jurídicas. Porém, isso não se faz suficiente para justificar o ensino e o emprego errôneo da linguagem jurídica tecnicista em contextos desnecessários, onde há a necessidade de uma linguagem, simples, clara e objetiva, que realize seu fim, o de passar uma mensagem, de transmitir uma informação. Destarte, faz-se necessária a correta escolha de que tipo de linguagem utilizar em cada contexto, de forma a expressar de forma coesa a importância do fim último da linguagem, o de transmitir informações. É de extrema importância a inteligibilidade da mensagem, o emprego correto de termos vulgares e técnicos, dado o tema, o contexto, a formalidade ou a informalidade da situação. O Direito não é uma Ciência de linguagem com totalidade vulgar ou técnica, mas uma linguagem mista, de acordo com as circunstâncias. No ensino jurídico, deve-se observar o esclarecimento de tal necessidade, fazendo-se entender a necessidade dessa dualidade, associada, para que possa se desenvolver argumentações compreensíveis a cada local e suas especificidades, de forma a não formar profissionais com uma erudição exacerbada, gratuita, ininteligíveis, que demonstram profundidade de signos, mas não atingem o objetivo buscado em toda a sua extensão, na prática jurídica, da comunicação eficiente.

Palavras-chave: ensino; jurídico; cultura; linguagem.

Referências

CARVALHO, Alexandre Filordi de. **História e subjetividade no pensamento de Michel Foucault**. 2007. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática para a liberdade**. Rio de Janeiro: EDITORA PAZ E TERRA LTDA, 1967.

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro, Forense, 2004.

NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Editor Victor Civita, 1975, primeira Parte, § 15.

GT 3 - REPRESENTAÇÕES DE MEMÓRIAS, IDENTIDADES E CULTURAS

A CERCA E O ORIFÍCIO: UMA LEITURA DE *YOUNG ADULTS NOVELS*

Maria José da Silva Morais Costa³², Antonia Gabriela Nascimento Lima³³, Marcivaldo Oliveira de Souza³⁴, Antonia Roberlândia de Souza Silva Machado³⁵

A vivência do holocausto pelo olho de um menino alemão, por sua visão de mundo. Bruno observa e tenta compreender o que os adultos não dizem. Circunda o espaço do não-dito. O entre-lugar no dizer de Silviano Santiago (1978). É nesse sentido que se apresenta a leitura do *young adults novels* “The boy in the striped pyjamas” de John Boyne.

A proposta é perscrutar os espaços da narrativa como signos fronteiriços, tais como: a casa de Bruno, o campo de concentração e o quarto do pai como espaços de proibição; a cerca como o entre-lugar, espaço de vivência, da experiência de ser, da exploração e do devir. Ela aparece como ponto de contato trágico entre Alemanha/Israel; escritório do pai/cozinha; geografia e história/arte e literatura; os pijamas/os uniformes. O próprio gênero *young adults novels* se faz na fronteira da literatura clássica e do *best seller*; da “literatura adulta” e da “literatura juvenil”.

A metodologia adotada é a da análise literária e o referencial se apoia na noção de topofilia de Gaston Bachelard (2008), na noção de espaço de Oziris Borges Filho (2014) e no entendimento de espaço fronteiriço de Baller (2012) e de entre-lugar de Silviano Santiago (1978) – dual, transitório entre nações, culturas, identidades, costumes, trabalho, etnias, enfim, espaço que é (re) trabalhado a todo momento em suas características e definições.

A pesquisa ainda está por se concluir. Até aqui, a reflexão tem mostrado que a cerca, enquanto signo fronteiriço, passa de um imaginário que a marca como lugar de

³² Professora do curso de Letras da Universidade Federal do Acre – *campus* Floresta
zezamorais@gmail.com

³³ Professora da SEE-AC – especialista em Língua Portuguesa gabi.nascimentoczs@hotmail.com

³⁴ Servidor da Secretaria de Segurança do Acre - especialista em Língua Portuguesa
marcivaldo.ac@hotmail.com

³⁵ Professora da SEE-AC – especialista em Língua Portuguesa rober.landiaczs@hotmail.com

divisão, elemento separador para um entendimento de cerca como objeto de ligação propício à construção de experiências que conduzem ao conhecimento do outro.

Ainda que os *young adults novels* sejam, por boa parte da crítica, resignados ao estatuto de literatura inferior por estar no âmbito dos textos considerados de mercado, o gênero é um espaço aberto para a reflexão de questões que marcaram e marcam o humano e o levam a rever suas formas de pensar, sentir e agir.

Palavras-chave: *Young adults novels*. Fronteiras. Espaço.

IDEAIS DE RESISTÊNCIA EM *O QUE É ISSO, COMPANHEIRO?*, DE FERNANDO GABEIRA³⁶

Arnan Félix dos Santos Gomes³⁷

A proposta aqui apresentada é resgatar, a partir de obras literárias, momentos que marcaram o período de ditadura militar no Brasil. Ditadura sim, pois foi um período de silenciamento de ideias e da liberdade de expressão dos cidadãos brasileiros. Descrevo principalmente trechos de livros relacionados à tortura. A obra de principal enfoque é o romance-depoimento de Fernando Gabeira, *O que é isso companheiro*, abordado como forma de nortear as ideias principais relacionadas à tortura e ao silenciamento característicos do período militar. Para tanto, foi imprescindível o uso de citações e teorias relacionadas ao ressentimento das pessoas devido a esse período cruel.

O objetivo desta comunicação é ler, comparativamente, o período da ditadura militar no Brasil, obras literárias produzidas e relativas a esse momento histórico, além de relatos de pessoas que viveram esse período.

A metodologia utilizada no desenvolvimento da presente pesquisa foi aquela que se apoia na análise dos textos teóricos relacionados na bibliografia do projeto. Esta pesquisa, cujo objetivo foi ler, comparativamente, o período da ditadura militar no Brasil, obras literárias produzidas e relativas a esse momento histórico, além de relatos de pessoas que viveram esse período, foi norteadas por pressupostos teóricos de Walter Benjamin, Jacques Le Goff, Michel Lövy, Malcon Silverman, Reys Mate, David Le Breton, Eni Puccinelli Orlandi, Santiago Kovadloff, entre outros tangíveis ao campo do silêncio, da memória, da identidade e da teoria e crítica literárias, que foram devidamente inseridos ao longo da pesquisa.

É fato que o autor da obra que aqui descrevo, sofreu muito com tortura. Mas também é válido notar no decorrer do texto que, Fernando Gabeira sabia esperto e conseguia de certa forma “livra-se” de entregar os integrantes que compunham o MR-8. No decorrer da terceira parte já citada da narrativa, o autor mostra ao leitor como conseguiu passar informações falsas para os militares fazendo que com pensassem que estavam passando informações corretas. O revolucionário também descreve que devido seus ferimentos, sua tortura era diferenciada dos

³⁶ Trabalho de Iniciação Científica desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Yvonélio Nery Ferreira

³⁷ Universidade Federal do Acre – Campus Floresta. Bolsista Cnpq de Iniciação científica. arnangomes@gmail.com

outros prisioneiros de forma que eram usadas as ferramentas utilizadas para sua recuperação de suas feridas como objetos de tortura.

Ainda sobre tortura, a título de comparação, faço aqui uma referência ao livro *Infância roubada*, que traz um copilado de relatos feitos por crianças da época que foram torturadas, presas ou exiladas durante o período de regime militar. Os relatos contidos no livro fazem referências a várias organizações citadas no livro de Fernando Gabeira. Geralmente as crianças torturadas eram filhos de pessoas procuradas pelo governo opressor com o intuito de intimidar os pais das crianças a se entregarem aos militares. O trauma serve como uma forma de não normalização de períodos cruéis. De certa forma é o trauma que as pessoas sentem que as fazem ver tal coisa como radical. Pessoas que não viveram momentos de silenciamento não tem a experiência do trauma para lhe causar a ideia de que isso não deve ser tomado como solução para os problemas de uma nação.

A própria obra de Fernando Gabeira é uma prova de que os autores que vivenciaram tudo, procuram fazer com que as pessoas vejam a ditadura da forma como deve ser realmente vista, para que nenhum cidadão brasileiro tenha ideias precipitadas de possíveis “resoluções rápidas” para a atual bagunça que vem sendo vista na política. A ditadura militar foi uma época de muita tensão no Brasil, na qual não se podia ter opiniões que fossem contra ao governo militar. A literatura é o meio pelo qual temos acesso às memórias das pessoas que passaram por anos sofridos. É através dessas memórias que podemos perceber o quão ruim pode ser tentar silenciar ou regradar a mente de uma nação. Textos literários que nos remetem a esse momento não devem ser vistos como textos de cunho político. Não importa o lado político que nós apoiamos. O que realmente temos que levar em conta é o que já foi citado várias vezes. Qualquer forma de silenciamento pode revoltar uma nação.

A partir da leitura desse texto, o leitor é levado a retomar um momento da história do Brasil em que as pessoas perderam sua voz em virtude do silenciamento imposto pelos militares. O livro usado para análise traz, em virtude de sua narrativa documentada, momentos que comprovam que esse foi um período cruel para com a população nacional, tudo isso de forma detalhada para que o leitor possa entender que nenhuma forma de silenciamento de ideias é aceitável numa sociedade contemporânea. A forma detalhada como Gabeira descreve vários momentos é de muita importância para que as pessoas que possuem uma visão errônea dessa época possam enxergar a verdade através de fatos.

Palavras-chave: Ditadura militar. Resistência. Tortura.

SILÊNCIO POLÍTICO E POLÍTICAS DE SILENCIAMENTO EM *OPERAÇÃO SILÊNCIO*, DE MÁRCIO SOUZA³⁸

Denilson de Araújo Sabino³⁹

É possível afirmar que as formas de silenciamento tiram os holofotes do panorama geral da história, deixando de lado todas as contribuições que não condiziam com os interesses daqueles que tinham posse do poder durante determinado período. Nesse sentido, trazer luz a esses personagens ilegítimos da história é peça chave da busca que este texto se propõe, afinal, quando nos debruçamos sobre a história, muitos pontos são considerados, região abordada, contexto político e aqueles que a construíram, mas, a história também é uma forma de controle social extremamente poderosa.

Aquele que tem poder sobre a história tem poder sobre o futuro, molda como serão as ideologias das próximas gerações. Logo, contar o lado silenciado da história pode trazer a verdade de fatos até então limitados aos porões da história, pois a omissão é tão devastadora quanto a verdade. O romance *Operação silêncio*, de Márcio Souza, nos traz as desventuras de Paulo Conti, um aspirante cineasta e sua busca artística durante os anos da ditadura militar brasileira – 1964 - 1985. Dentro da perspectiva de Conti temos o cinema no Brasil durante esse período e as suas competências, tanto políticas quanto artísticas. Essa obra reúne, de forma sutil e aberta muito da realidade política conturbada do país daquele período.

O objetivo desta comunicação é ler, comparativamente, o período da ditadura militar no Brasil, obras literárias produzidas e relativas a esse momento histórico, além de relatos de pessoas que viveram esse período.

A metodologia utilizada no desenvolvimento da presente pesquisa foi aquela que se apoia na análise dos textos teóricos relacionados na bibliografia do projeto. Esta pesquisa, cujo objetivo foi ler, comparativamente, o período da ditadura militar no Brasil, obras literárias produzidas e relativas a esse momento histórico, além de relatos de pessoas que viveram esse período, foi norteadada por pressupostos teóricos de Walter Benjamin, Jacques Le Goff, Michel Lövy, Malcon Silverman, Reys Mate, David Le Breton, Eni Puccinelli Orlandi, Santiago Kovadloff, entre outros tangíveis ao campo do silêncio, da memória, da identidade e da teoria e crítica literárias, que foram devidamente inseridos ao longo da pesquisa.

³⁸ Trabalho de iniciação Científica desenvolvido sob orientação do Prof. Dr. Yvonélio Nery Ferreira

³⁹ Universidade Federal do Acre – Campus Floresta. Bolsista UFAC de Iniciação científica. denilsomczs22@gmail.com

Há, no romance em questão, vários coadjuvantes, mas nenhum tão marcante quanto a ditadura, citada, por vezes de forma direta, outras vezes, surgindo de forma metafórica, em silêncios e não ditos. O protagonista, Conti, se depara com verdadeiras travas criativas impostas por esse regime, além de conviver com um cinema nacional opaco e enfraquecido. Em uma nação, vivendo à sombra do exército, Conti pouco pode fazer se não refletir sobre sua condição. O cinema desmoralizado é apenas um sintoma. Mesmo documentários sem apelo sexual ou apologias contrárias ao regime são fortemente censurados.

Grande parte dos diretores se fixa em uma fórmula única de fazer a sétima arte que, apesar de muitas vezes ser moralmente questionável, aos padrões do sensor, terminaram aprovadas. Nesse contexto, há exceções, pessoas que não são silenciadas por estarem do lado “certo” da história ou por possuírem as relações interpessoais com as pessoas corretas. Ou seja, em regimes ditatórias como o período militar brasileiro as leis e regras tendem a ser mais frouxas se assim for do interesse das camadas superiores. A narrativa nos mostra uma sociedade em dois extremos, enquanto há um reboleço político acontecendo, na maioria dos dias a sociedade se mantém apática, vão e vem como “formigas” pelas ruas da cidade.

A falsa calma, o acordo implícito de não se comentar aquilo que se vivia ou sofria, seja por medo, inércia ou conveniência, é demonstração de como operavam esses sistemas ditatoriais na América Latina, uma ameaça velada. Durante toda a obra iremos encontrar esses complementos à saga de Conti. Sua história se funde com a política nacional e a efervescência da crise política, especialmente com os tramites dos movimentos comunistas. Sua própria tentativa de criar um cinema novo era também uma forma de deixar um legado pessoal e também de seu grupo. Ainda que reprimidos e renegados, os sujeitos silenciados relutavam para não serem apagados nas areias do tempo.

A obra traz uma nova perspectiva desse período turbulento da histórica ditadura militar, contando como era o Brasil dos revolucionários, sem mencionar demais, trazendo a repressão e o silêncio imposto por aqueles que governam e as tentativas de autoproteção por parte daqueles que questionavam os poderosos. O romance é representativo à medida que desvela nomes esquecidos ou apagados da história. Conti deixa em sua trajetória uma série de espaços em branco, de nomes que precisam ser achados, catalogados e lembrados para que se haja a verdadeira reconciliação entre as personagens, autor, obra e história. Afinal, uma história, por mais ficcional que seja, dialoga com a realidade, independentemente da intensidade e/ou proximidade. Um protagonista, nos anos da ditadura militar brasileira, só transpõe uma geração de escritores, estudantes e outros membros da sociedade que a seu modo questionavam o

sistema vigente. Tal ato é comum em que a proibição da palavra se faz presente, pois subjetividade dos silenciados torna-se mais apurada.

Palavras-chave: Ditadura militar. Resistência. Tortura.

REFLEXÕES ACERCA DA CENSURA NA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL.

Angelica Micoanski Thomazine⁴⁰

Existem diversas discussões sobre o que pode, ou não, ser classificado como Literatura “infantojuvenil”, há, inclusive, discussões sobre a escolha do termo “infantojuvenil”, já que nem sempre um texto que é infantil será também aceito como juvenil, ou vice-versa, daí a substituição do mencionado termo pela expressão “Literatura infantil e juvenil”. Há uma falsa crença de que essa literatura deve não apenas entreter, mas também ensinar, consequência disso é a produção incessante de obras literárias carregadas de moralismos e questões pedagógicas, deixando a literariedade em último plano.

A produção de literatura infantil e juvenil de cunho pedagógico é, muitas vezes, resultado da censura pela qual passam as obras direcionadas a esse público leitor. A censura começa quando um professor, ou os próprios pais, por exemplo, são os únicos responsáveis na escolha dos livros. Todavia, o leitor não deveria ter a opção de escolher o que lhe interessa ler? Cabe lembrar que muitos dos livros que hoje são classificados como literaturas infantis ou juvenis não foram, necessariamente, escritos para esse público, mas passaram a ser classificados assim desde que foram bem aceitos pelas crianças/adolescentes.

São diferentes os níveis de censura pelos quais uma obra infantil ou juvenil passa antes de ser publicada, avaliam-se questões linguísticas, com a busca de linguagens e estruturas mais simples, inibe-se, muitas vezes, a liberdade de pensamento e a oportunidade de levar o leitor a refletir, a criar ou desvendar conflitos, evitando-se temas que, supostamente, a criança ou o adolescente ainda não tem condições de compreender, como a morte.

Tendo em vista essa realidade, busca-se expor e discutir sobre os diferentes tipos de censura que a literatura infantil e juvenil sofre, quando, na realidade, o ideal seria

⁴⁰ Professora Auxiliar do curso de Letras da Universidade Federal do Acre; Doutoranda em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: angelicamicoanski@gmail.com

permitir que as próprias crianças e jovens selecionassem o que lhes interessa, ou não, ler. Esse estudo se baseia principalmente nos preceitos de Cecília Meirelles (1984), Ricardo Azevedo (2003), e María Teresa Andruetto (2012).

Palavras-chave: Literatura Infantil e Juvenil. Censura. Leitura.

MEMÓRIAS DA DITADURA EM: K. RELATO DE UMA BUSCA

Taís do Nascimento Souza

Nascidos, ou não, no Brasil. Todos sabem ou, pelo menos, têm uma ideia do que ocorreu em 1964. Há alguns meses o assunto voltou à mídia, e de repente várias pessoas têm um momento de epifania e sabe de “todos” os passos da ditadura. Mas será mesmo que, principalmente os brasileiros, sabem o que de fato se passou nesse período escuro do cenário político e social do país? É devido a essa cortina de fumaça que irei fazer uma breve reflexão sobre os acontecimentos daquela época através do Livro de Bernardo Kucinski *K. Relato de Uma Busca*.

A obra trabalha sobre uma perspectiva de testemunho, mas ao mesmo tempo e, de forma mais presente, a memória é a principal veia trabalhada por Bernardo. Ficção e realidade se misturam formando um panorama que em determinados momentos não se sabe o que é mais realidade e o que é ficção.

Sabe-se, porém, que os fatos relatados, em algum momento da história, aconteceram no plano real; e esses fatos serão problematizados através da obra de Bernardo, embasando-os pela *Revista de Estudos Judaicos da UFMG* que produziu um artigo sobre o referido livro, e também, Marcos Napolitano sobre o viés histórico da ditadura.

Dessa forma, melhor compreenderemos, através das memórias de pessoas que participaram de forma direta e indireta de um fragmento escuro do Brasil, sendo assim, poderemos discutir, ponderar e fazer críticas, porém, com conhecimento de causa. É importante, diante do cenário atual, conhecer a história de nosso país, momentos de progresso, mas principalmente, as partes desagradáveis da evolução política, social e cultural, pois apenas assim, saberemos como nos posicionar, sem agredir.

Palavras chaves: Memórias. Reflexão. Ditadura.

METÁFORAS DO TEMPO E DA MEMÓRIA NO ROMANCE *PONCIÁ VICÊNCIO, DE CONCEIÇÃO EVARISTO*⁴¹

Thaís Melo Gomes⁴²

O romance *Ponciá Vicêncio* apresenta em seu enredo uma história narrada a partir de lembranças que intercalam o tempo vivido da protagonista. Seu contexto histórico representa os descendentes de escravos, que mesmo após a abolição sofreram para ganhar um espaço na sociedade devido herança da escravidão no país. Ponciá e sua família viviam no campo, numa comunidade com ex-escravos que continuaram trabalhando na mesma fazenda onde viveram seus ancestrais, liderada pelo senhor branco que assinalou com o sobrenome Vicêncio todas essas famílias escravizadas. A protagonista relembra em sua infância as alegrias da vida no campo, no entanto sente também as aflições da condição de vida precária em que seu povo se mantém. A personagem nascida na roça migra para a cidade buscando uma vida melhor, mas só encontra o vazio e a saudades de sua família.

Com base nesse romance brasileiro contemporânea, o objetivo central deste trabalho é analisar metáforas do tempo e da memória presentes na obra. O presente trabalho tem por finalidade a leitura de metáforas no romance *Ponciá Vicêncio*, da escritora mineira Conceição Evaristo, a fim de reconhecer seu valor expressivo, tendo como foco as metáforas do tempo e da memória, figuras recorrentes na construção do texto. Para tal objetivo serão usados os estudos teórico-analíticos da metáfora, mecanismo da estilística que é uma comparação implícita entre dois elementos. E, se desenvolve no campo da linguagem conotativa, isto é, apresenta diversos significados, com diferentes interpretações, dependendo do contexto em que aparece, assumindo um sentido figurado e simbólico.

O método utilizado neste estudo é a pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (1991), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos e, atualmente, por meio de materiais disponibilizados via internet. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois será elaborada a partir de fontes secundárias, ou melhor, com base em materiais já publicados. Inicialmente farei uma abordagem sobre os conceitos de Estilística e metáfora, um estudo encarregado de verificar essa correlação entre o sentido e a simbologia das palavras, proferindo com bibliografia relacionada, principalmente dos autores José Lemos Monteiro (2005), Nilce Sant'Anna Martins (2008) e Vera Lúcia Menezes (1998). Posteriormente,

⁴¹ Trabalho orientado pelo Prof. Dr. Yvonélio Nery Ferreira

⁴² Secretaria Estadual de Educação, Colégio Cristão Cruzeiro. Thais.cdm@hotmail.com

apresentarei e apontarei nuances significativas da figura que será identificada no romance. Por fim, destacarei o recurso estudado – metáforas do tempo e da memória – e usado pela escritora na obra aludida.

Escolher Conceição Evaristo para este estudo, se justifica pela sua importância para a literatura brasileira contemporânea, principalmente no tocante às relações da literatura afro-brasileira. Conceição Evaristo é uma escritora que se apropria da linguagem, representando o tempo e a memória a partir de metáforas fortes e reveladoras do estado emocional, social, cultural, histórico e político de seus personagens. São textos de forte expressividade, trazendo para suas obras o que a autora chama de “escrevivência”, além da influência da oralidade. Seu conhecimento da língua brasileira popular a permite realizar jogos com as palavras, alimentando-a de significados e emotividade. A autora mineira na obra *Ponciá Vicêncio* trabalha com inúmeras simbologias e utiliza alguns vocábulos populares elevando-os a um nível artístico, explorando as metáforas.

Neste romance, foram abordados temas que revelam uma denúncia social feita por Conceição Evaristo. As condições de vida que muitas pessoas viviam e vivem ainda hoje, o trabalho semiescravo, a desigualdade social, a violência contra a mulher e o preconceito. *Ponciá Vicêncio* traz para a literatura a metáfora desse sofrimento ao mesmo tempo étnico, de gênero e de classe. Como tratamos aqui a partir dos exemplos e das idas e vindas da própria protagonista, de sua família e de outros personagens.

Palavras-chave: Literatura brasileira contemporânea. Memória. Tempo. Escrevivência. Conceição Evaristo.

A (DES)CONSTRUÇÃO DO FEMININO EM CRÔNICAS DE CLARICE LISPECTOR

Yvonélio Nery Ferreira⁴³, Marília Simari Crozara⁴⁴

Ao observarmos a história da literatura e, conseqüentemente, o cânone estabelecido ao longo de seu desenvolvimento, é notória a supremacia da produção literária do homem ocidental, branco e de classe média/alta sobre a da mulher. A ela, da mesma forma que outras minorias, como os negros, os pobres ou os homossexuais, era destinada a exclusão de seus escritos. O olhar da crítica voltava-se para a valorização da autoria masculina e legava à autoria feminina o *status* de inferioridade. Tendo como pano de fundo a bandeira do feminismo, a crítica feminista em meados de 1970, impõe à história da literatura o resgate de inúmeras obras de autoria feminina no fito de discutir a até então ideologia dominante. Desestruturam-se inúmeros padrões estabelecidos, uma vez que a mulher passa a questionar e a atuar em um espaço tradicionalmente destinado ao homem, o da crítica – o mundo acadêmico – e o da escrita literária.

Neste estudo, objetivamos realizar apontamentos sobre a (des)construção do feminino quanto a tais questões, mediante a obra *Correio Feminino* (2006), de Clarice Lispector.

A metodologia utilizada foi aquela que se apoia na análise dos textos teóricos relacionados às teorias sobre Clarice Lispector e sobre estudos de gênero, de forma específica, feminismo. Pensando nisso, recortaremos a seção ‘Aulas de sedução’ e buscaremos discutir em que medida a autora elabora críticas ao posicionamento da mulher brasileira das décadas de 1950 e 1960 quando oferece conselhos sobre beleza, moda, sedução e feminilidade. Para tanto, utilizaremos o pensamento de Susana Bornéo Funck, Heloísa Buarque de Hollanda, Lúcia Osana Zolin, e de outros estudiosos que se façam necessários.

Os temas do amor e da sedução foram abordados desde a Antiguidade Clássica por diferentes escritores e perpetuam como assuntos recorrentes na contemporaneidade. Esse livro corresponde a uma seleção de crônicas publicadas pela escritora nos jornais Correio da Manhã, O comício e Diário da Noite. A obra foi organizada em cinco seções, valendo-se de regularidades com que a autora busca, no papel de artífice da palavra, elaborar reflexões junto às mulheres

⁴³ Universidade Federal do Acre – Campus Floresta. yvoneryferreira@gmail.com

⁴⁴ Universidade Federal de Uberlândia. mariliascrozara@yahoo.com.br

ocidentais sobre a natureza que as constitui, (re)conduzindo-as ao lugar de emancipação feminina.

Como podemos notar, em suas crônicas destinadas às "Aulas de sedução", Clarice Lispector perpassa as diversas facetas da mulher na sociedade, destacando-a como um ser emancipado do homem. Apesar dessa nova postura, a autora afirma a necessidade dessa mulher não perder sua feminilidade. Para tanto, as dicas dadas neste capítulo estão naquilo que está aparente e subentendido na mulher; em seus gestos, atitudes e posturas; na busca de um único aprendizado: a arte da sedução.

Palavras-chave: Clarice Lispector. Relações de poder. Feminino. Feminismo.

O ESTILO HATOUNIANO NA NARRATIVA “ÓRFÃOS DO ELDORADO”

Antonia Roberlândia de Souza Silva Machado⁴⁵,

Roberlete de Souza Silva⁴⁶,

Vera Lúcia de Magalhães Bambirra⁴⁷

A literatura possibilita ao homem se embrenhar por outros mundos, outras culturas, outras realidades. É através da ótica literária que nos é desvelado o desconhecido, vivemos outros “eus”, cobrimo-nos de fantasia, escondendo-nos atrás de máscaras. Desse modo, tomamos como objeto de estudo e investigação a obra “Órfãos do Eldorado”, de Milton Hatoum, considerando, nessa grandiosa narrativa, o espaço amazônico enquanto lugar produtor de múltiplos sentidos, a configuração metafórica da imagem feminina que se dá na obra e, por fim, a construção do estereótipo do homem manauara, herdeiro de uma sina particular.

Diante dessa perspectiva, propusemo-nos aventurar-se pelas narrativas hatounianas, afim de compreender a Amazônia construída por ele, bem como os personagens que carregam a herança nortista, construções metafóricas que representam fidedignamente o habitante do Eldorado.

Para tanto, construímos uma pesquisa de caráter bibliográfico, na qual a análise parte de um pressuposto estilístico, fundamentado nos estudos desenvolvidos por José Lemos Monteiro (2009), Mikhail Bakhtin (2011) e Gladstone Chaves de Melo (1976), uma vez que, buscamos avaliar o discurso e a amarração linguística que desenha o estilo literário peculiar do autor manauara.

Na análise da obra, mas também em outras correlatas, pretende-se discutir como as culturas amazônicas são constituídas através de produções históricas e ficcionais que “revelam” uma noção das identidades estabelecidas através da evolução histórica e

⁴⁵ Professora Substituta do Curso de Letras da Universidade Federal do Acre – *campus Floresta* rober.landiaczs@hotmail.com

⁴⁶ Professora da Secretaria do Estado da Educação roberlete_silva@hotmail.com

⁴⁷ Professora do Curso de Letras da Universidade Federal do Acre – *campus Floresta* verabambirra@bol.com.br

literária dos povos nativos, seu universo ⁴⁸simbólico e sua passiva aceitação do convívio tranquilo com o explorador. Uma vez estabelecida, esta pesquisa pretende investigar também como alguns aspectos culturais podem fundamentar a obra hatouniana, solidificando assim o discurso de Milton Hatoum.

Por fim, busca-se enfatizar a importância dos recursos estilísticos utilizados pelo autor, evidenciando as construções metaforizadas da Amazônia, o homem enquanto provedor da casa e detentor de origens patriarcais e a mulher desvelada de mistério e encantamento.

Palavras-chave: Milton Hatoun; Amazônia; Estilística.

A DESMITIFICAÇÃO DA PERSPECTIVA ÚNICA DE UM TEXTO

Leandro do Nascimento Sousa⁴⁹,

Daniela Araújo de Oliveira⁵⁰

Na tentativa de desmitificar a perspectiva única, a qual sustenta que um texto tem apenas um sentido, foi realizada a análise do livro “Corda Bamba” da Lygia Bonjunga. Nele, o responsável pela narrativa traz à tona a história de Maria, uma personagem circense que perdeu a memória depois da perda dos pais. Trata-se de um livro repleto de simbologia, e nele estão inseridas várias características que podem ser analisadas a partir de algumas vertentes literárias, contudo, a crítica sociológica, voltada para a visão marxista, se sobrepõe em relação às demais.

O objetivo é demonstrar, a partir da análise de “Corda Bamba”, as diversas possibilidades de compreensão de um mesmo texto. As diversas correntes críticas literárias, principalmente a que dá ênfase aos aspectos sociais, são o norte para a análise dessa obra, pois elas apontam o caminho a ser trilhado e faz refletir sobre o papel de um crítico literário. Diante disso, para o desenvolvimento do presente estudo, de caráter bibliográfico, foi necessário realizar leituras e fichamentos, tanto da obra ficcional de Lygia Bonjunga, quanto de livros que serviram de referencial teórico.

Embora a autora escreva sobre tema infanto-juvenil, inclusive nessa obra literária ela trata dessa temática, a referida narrativa conduz a uma reflexão acerca de como age a maioria das pessoas que detêm o poder financeiro, por exemplo, a avó da protagonista, Maria Cecília Mendonça de Melo. Portanto, o eixo central desta pesquisa é constituído pela busca de uma maior compreensão desses aspectos sociológicos. Além disso, também foram alvo de estudo diversos elementos da obra que foram analisados na perspectiva das críticas: determinista, feminista, bem como a partir de uma abordagem estilística.

Ao analisar o livro “Corda Bamba”, a partir de várias correntes críticas literárias, foi possível perceber que a temática fornece elementos que vão além do mundo infanto-juvenil e da perspectiva única.

Palavras-chaves: Crítica. Literatura. Perspectiva.

⁴⁹ Aluno do 4º período do Curso de Letras Português da Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: leandro23333@gmail.com

⁵⁰ Aluna do 4º período do Curso de Letras Português da Universidade Federal do Acre (UFAC). E-mail: csz.dani@hotmail.com

TRADUZINDO EDWARD GOREY – DESAFIOS DA TRADUÇÃO DE POESIA.

Sara da Silva Gonçalves⁵¹

Angelica Micoanski Thomazine⁵²

Essa comunicação é parte de uma pesquisa do programa de iniciação científica que ainda está em andamento. O projeto de pesquisa, que intitula-se: *Estudo, análise e tradução de alguns limeriques do livro "The Listing Attic", de Edward Gorey*, iniciou-se em agosto do presente ano, e será concluído em 2018. Dentre os objetivos da pesquisa, inclui-se ler, pesquisar e estudar autores que falam sobre a teoria de tradução literária, especialmente aqueles que abordam a tradução de poesia para, em seguida, propor a tradução de um dos *limericks* escritos por Edward Gorey.

Trata-se de uma tradução comentada, por isso, as escolhas tradutórias deverão ser relatadas e justificadas, com base nas teorias previamente estudadas. Nessa comunicação, porém, temos como objetivo principal expor as teorias de tradução de poesia abordadas no livro *Poética da Tradução*, escrito pelo tradutor e pesquisador, Mário Laranjeira (2003), visando destacar os diferentes desafios enfrentados pelo tradutor de poesia, já que esse deve preocupar-se não apenas com o conteúdo semântico do texto, mas também com a forma poética, que abrange elementos como rima, ritmo e sonoridade.

Além disso, propõe-se apresentar, ainda que brevemente, aspectos literários relevantes para o estudo da obra de Edward Gorey, já que, para realizar a tradução de um texto, é fundamental conhecer aspectos como o contexto de partida no qual a obra está inserida, e o estilo literário do autor da obra selecionada.

Por fim, apresentaremos alguns *limericks* ainda não traduzidos da obra que é objeto de estudo dessa pesquisa, com o intuito de ilustrar e exemplificar possíveis desafios tradutórios. A partir desses exemplos, será possível notar que para que não se

⁵¹ Aluna do curso de Letras Inglês e pesquisadora do programa PIVIC.
e-mail: saragoncalvescsz@gmail.com

⁵² Professora Auxiliar do curso de Letras da Universidade Federal do Acre; Doutoranda em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: angelicamicoanski@gmail.com

perca a literariedade textual, alguns elementos poéticos, como rima, ritmo, aliterações entre outras questões sonoras, precisam ser recriados. Por ora, os poemas apresentados ainda não foram traduzidos, por isso serão apresentados na língua de partida.

Palavras-chave: Tradução literária, Poesia, Edward Gorey.

DIFERENÇAS IDENTITÁRIAS E CULTURAIS EM "O MULO" DE DARCY RIBEIRO E "SÃO BERNARDO" DE GRACILIANO RAMOS

Marileia de Oliveira Souza,⁵³

Vera Lúcia de Magalhães Bambilra⁵⁴

Em “O mulo”, Philogônio, coronel do sertão goiano, prestes a morrer, através de suas memórias, revela seus vários “eus”, pois ao longo de sua jornada, o personagem passa por diversos lugares, inúmeras situações e, por isso, incorpora várias identidades. Já em “São Bernardo”, Paulo Honório, ao escrever sobre sua dura vida no sertão, reflete a respeito da brutalização pela qual passou.

O presente estudo apresenta como objetivo desenvolver uma reflexão a respeito dos aspectos culturais e identitários encontrados nos romances "O mulo" de Darcy Ribeiro e "São Bernardo" de Graciliano Ramos.

Para desenvolver esta pesquisa bibliográfica foram realizados fichamentos, resumos, resenhas e artigo. Além disso, serviram, como suporte teórico, as obras de Homi Bhabha (2010) com a noção de cultura, de Cândida Vilares Gancho (2007) para a análise dos elementos da narrativa, Mikhail Bakhtin (1997) para realizar reflexão sobre a questão da linguagem e Zygmunt Bauman (2005) para pensar sobre as identidades, entre outros.

Em “O mulo”, cada fase da vida do protagonista é marcada por um nome distinto, artifício encontrado pelo protagonista de continuar existindo enquanto sujeito. Terezo Borgea, Terêncio, Mulo e Philogônio representam as várias faces de um mesmo indivíduo. Em “São Bernardo”, um dos traços que permeia a tessitura da narrativa é o embate de identidades contrárias, perceptível entre o protagonista e sua esposa Madalena. Ele era um homem rude e materialista que visava apenas satisfazer as suas vontades e o engrandecimento do seu ego. Em contrapartida, a companheira apresenta-

⁵³ Acadêmica do oitavo período de letras-português e participante do PIVIC, marileia.czs@gmail.com.br

⁵⁴ Professora Dr^a da Universidade Federal do Acre –Campus Floresta, e orientadora do PIVIC, verabambilra@bol.com.br

se como uma mulher doce, amável, caridosa, prestativa, altruísta, enfim, o oposto do marido.

Ao fim do estudo, é possível perceber, portanto, em ambas as obras, as diferentes manifestações da identidade, não como algo estático e amorfo no tempo e no espaço, mas que está em constante transformação. A transitoriedade é o seu local preferido, e prender-se, entretanto, sufoca-a e a torna sem funcionalidade.

Palavras-chave: Identidades; Culturas; Sertão.

DIFERENÇAS IDENTITÁRIAS E CULTURAIS EM "TERRA CAÍDA" DE JOSÉ POTYGUARA E "SAGARANA" DE GUIMARÃES ROSA

Altemiria Barnes⁵⁵,

Vera Lúcia de Magalhães Bamberra⁵⁶

O livro “Sagarana” do escritor brasileiro Guimarães Rosa apresenta personagens únicos, retrata características do cotidiano e aspectos culturais dos sertanejos. O autor amazonense, José Potyguara, descreve em “Terra caída”, o dia a dia dos seringueiros que vieram para o Acre durante o *boom* da borracha. As obras em estudo possibilitam esse olhar transdisciplinar. Logo, o desenvolvimento desse projeto representou a possibilidade de envolvimento nas discussões identitárias e culturais de modo mais efetivo, por meio da pesquisa científica.

A presente pesquisa teve como objetivo desenvolver um estudo a respeito dos aspectos culturais e identitários presentes no romance “Terra caída” de José Potyguara e no livro de contos “Sagarana” de Guimarães Rosa, observando a complexidade que envolve as culturas e as identidades, na Amazônia e no Sertão.

Para a realização desse estudo, de caráter bibliográfica, foi necessário ler, fichar e resenhar, além das produções literárias analisadas, os livros que serviram como referencial teórico, como as obras de: Cândida Vilares Gancho (2003), Bauman (2005), Rogel Samuel (1985), entre outras. Além disso, também foi produzido, ao final do estudo, um artigo científico.

Essa pesquisa contribuiu para a compreensão de alguns conflitos identitários e graças a ela, foi possível observar que a identidade não é algo fixo. Nas páginas de “Sagarana” é possível discernir aspectos culturais e identitários do povo do sertão mineiro. Já em “Terra caída”, é notável o choque entre culturas e identidades dos sertanejos e seringueiros.

⁵⁵ Acadêmica do 8º período de Letras-Português e bolsista PIBIC/CNPq. altemiriabarnes@gmail.com

⁵⁶ Professora Dr^a e orientadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). verabambirra@bol.com.br

Com base na leitura dos livros, “Sagarana” e “Terra caída”, foi possível perceber que o transitar entre fronteiras culturais, na Amazônia e no Sertão, promove tensões. Além disso, ao final do estudo, foi possível observar como as circunstâncias, o espaço, podem fazer os personagens transitarem entre identidades e culturas.

Palavras-chave: Estudo. Identidades. Culturas.

Fonte de Financiamento: Universidade Federal do Acre (UFAC)

O GÊNERO *NONSENSE* E A OBRA DE EDWARD GOREY

Gabriele da Luz Almeida de Oliveira⁵⁷

Angelica Micoanski Thomazine⁵⁸

O escritor e ilustrador Edward Gorey (1925-2000), conhecido por sua literatura com características *nonsense*, escreveu, em 1954, um livro intitulado *The Listing Attic*, composto por sessenta limeriques, alguns escritos em francês, mas a maioria em língua inglesa, todos acompanhados de ilustrações em preto e branco. A partir da leitura dessa obra, despertou-se o interesse em analisar e descobrir se há características *nonsense* presentes em seus limeriques e respectivas ilustrações. Essa curiosidade resultou em um projeto de pesquisa de Iniciação Científica que ainda está em andamento, com conclusão prevista para julho de 2018.

Nesse projeto pretende-se estudar o gênero *Nonsense*, a fim de compreender características, temáticas, o surgimento desse gênero, e como ele ocorre em diferentes literaturas, em especial, na literatura de Gorey. É importante, também, conhecer aspectos biográficos e o estilo de escrita do autor, para que se possa, em seguida analisar alguns dos limeriques presentes na obra mencionada.

Para isso, foram realizadas leituras de textos de teóricos que estudam a obra de Gorey, e teóricos que estudam o gênero *Nonsense* e o limerique, como Karen Wilkin (2009) e Myriam Ávila (1996). A partir dessas leituras, pretende-se expor características presentes nas obras de Gorey, apresentar elementos do seu estilo literário, temas e curiosidades sobre o autor; discutindo e aproximando alguns de seus textos com o gênero *Nonsense*. Para ilustrar e exemplificar melhor essa proposta, foram selecionados alguns limeriques, acompanhados de suas ilustrações.

A partir deles, poderemos observar algumas das diferentes temáticas utilizadas pelo autor e comuns ao gênero *nonsense*, assim como também será possível notar que

⁵⁷ Aluna da Graduação em Letras Inglês. Pesquisadora bolsista do Pibic.
E-mail: gabyoliveira.kt@gmail.com

⁵⁸ Professora Auxiliar do curso de Letras da Universidade Federal do Acre; Doutoranda em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: angelicamicoanski@gmail.com

há elementos *nonsense* nas entrelinhas, no comportamento do personagem e que, as ilustrações são relevantes para compreender o texto.

Palavras-chave: Edward Gorey, Nonsense, limerique.

AS VOZES INDÍGENAS SILENCIADAS NO APITO DA ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ

Marcelo Zaboetzi⁵⁹

As narrativas produzidas sobre e no espaço que compreenderia a construção da Estrada de ferro Madeira-Mamoré, no atual estado de Rondônia, nos proporcionam traçar um olhar crítico sobre as representações tecidas sobre o indígena daquele espaço amazônico. Nosso trabalho vislumbra em relatos de viajantes que buscaram retratar o ser e espaço amazônico a possibilidade de análise e reflexão crítica sobre a prática discursiva desses viajantes, para não apenas narrar este autóctone, como também, justificar suas práticas colonizadoras naquela região.

Como fonte de análise buscamos na compilação historiográfica de Manoel Rodrigues Ferreira, *A Ferrovia do diabo*, fragmentos que nos proporcionassem identificar essas representações sobre os povos indígenas. Tendo feito este recorte, munimo-nos da teoria de análise do discurso Pós-colonial e estudos culturais para o embasamento teórico de nossa análise, em particular nos autores Edward Said, Hommi Bhabha, Mary Louise Pratt e Frantz Fanon. Recorremos ainda, a obras de teor crítico como a obra *A invenção da Amazônia* de Neide Gondin e *Amazônia Revisita: de Carvajal a Márcio Souza* de João Carlos de Carvalho, para estreitar nosso diálogo com produções que têm como objetivo apresentar seu olhar sobre estas narrativas de viajantes.

Nossa prática de análise desses discursos conclui que o autóctone amazônico tem sido marcado pelo olhar colonizador, um povo que é subjugado, que tem sido estereotipado como inferior pelo olhar do *outsider*, marcados física e culturalmente e sofrido um constante apagamento de sua história e memória. Desta forma estas narrativas constituíssem um campo rico e vasto a ser investigado e estudado por pesquisadores, principalmente os da região, que precisam tomar frente aos estudos que mapeiam discursivamente o espaço e seres que nos rodeiam, buscando uma leitura de “contraponto” como propõe Edward Said. Precisamos tecer novos olhares sobre

⁵⁹ Professor da universidade Federal do Acre, Campus de Cruzeiro do Sul. E-mail: mzpvhroots@hotmail.com

construções cristalizadas que não representam as subjetividades daqueles povos como também a nós mesmos diante estas “zonas de contato”.

Palavras-chave: Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Indígena. Pós-colonial.